



Empresa de Manutenção de  
Equipamento Ferroviário, SA

# RELATÓRIO & CONTAS

## 2011





## Índice

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>4</b>
<b>INDICADORES DE GESTÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS .....</b>	<b>6</b>
<b>A – GOVERNO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>8</b>
1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	8
2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS .....	8
3. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS .....	10
4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES .....	10
5. MODELO DE GOVERNO E MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	11
6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	18
7. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL .....	19
8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO .....	29
9. CÓDIGO DE ÉTICA .....	29
10. SISTEMA DE CONTROLO .....	30
11. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES .....	30
12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO .....	31
<b>B – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>32</b>
1. OBJETIVOS DE GESTÃO .....	32
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO .....	32
3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS .....	32
4. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS DE PAGAMENTO .....	33
5. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO .....	33
6. RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA .....	33
7. REMUNERAÇÕES .....	34
8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS .....	34
9. ENDIVIDAMENTO .....	36
10. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS .....	36
11. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DE ESTADO .....	37
<b>C – ATIVIDADE DA EMPRESA .....</b>	<b>38</b>
1. INTRODUÇÃO .....	38
2. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO .....	39
3. ENQUADRAMENTO NO SETOR .....	40



---

4.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	40
5.	ATIVIDADE OPERACIONAL .....	51
6.	PERSPETIVAS PARA O FUTURO .....	61
7.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	62
8.	FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	62
<b>D – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS .....</b>		<b>63</b>

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

A mensagem do presidente destina-se a avaliar o desempenho no exercício transato e a apresentar as perspetivas para o futuro da empresa. Verifica-se a circunstância de todo o exercício de 2011 ter ocorrido sob a gestão do anterior presidente pelo que a avaliação do desempenho a remeto para o relatório de gestão, assinalando no entanto os factos que a mim me pareceram mais relevantes para a vida da empresa.

Em 2011, a atividade da EMEF centrou-se na manutenção e reparação ferroviária, em continuação do seu “core business”. Teve ainda expressiva atividade na execução de uma encomenda de construção de vagões para a CP Carga. Foram também dados passos em atividades de inovação tecnológica no domínio ferroviário. Todas estas atividades foram realizadas com bom nível de desempenho reconhecido pelos seus clientes.

A situação económica que o país viveu e vive, teve repercussões na vida da empresa ao nível da imposição de redução de custos, quer na componente de aquisições quer na componente de custos salariais. Esta situação, embora trazendo melhoria de competitividade da empresa, resultou num sacrifício do rendimento dos seus colaboradores.

A situação do país e as orientações do Governo para o setor dos transportes e em particular do transporte ferroviário, introduziram uma nova realidade para a EMEF na medida em que as exigências dos nossos clientes serão maiores e as suas encomendas serão muito mais seletivas que até então. Esta será a nova realidade que a EMEF terá de considerar no seu reajustamento estratégico.

O setor ferroviário, no domínio da operação, já hoje está aberto à iniciativa privada e em alguns casos à concorrência externa. Esta situação será uma ameaça para as empresas não competitivas. Contudo será uma oportunidade para as que sejam competitivas, que tenham tecnologia própria, capacidade de trabalho e organização, para vencer o desafio.

Também no universo da manutenção ferroviária já hoje existem modos diferentes de resposta às necessidades. Um desses exemplos tem a própria participação da EMEF. As mudanças serão no futuro próximo muito rápidas e a autoexclusão passadista não nos assegura aquilo que desejamos: maior valorização do nosso trabalho. Estou em crer que a EMEF será capaz de responder positivamente a este desafio explorando as suas vantagens competitivas e eliminando os seus constrangimentos.



Ao senhor presidente cessante, creio que todos gostariam de lhe expressar o agradecimento por toda uma vida de trabalho que dedicou ao setor e à empresa, pelo que o faço em meu nome e de todos aqueles que dessa opinião partilham.

Aos trabalhadores da EMEF quero manifestar a minha disponibilidade para, em conjunto com os demais membros do Conselho, trabalharmos para vencer os desafios que temos pela frente. Não são promessas de facilidades e no curto prazo seremos forçados a alguns sacrifícios adicionais nomeadamente de redução de efetivos. Mas tudo faremos para tornar a empresa viável no mercado concorrencial, única condição de garantir no futuro mais trabalho e maior criação de valor para o acionista e para todos nós.

Para os desafios futuros espero continuar a contar com o apoio do nosso acionista CP, em particular no reequilíbrio económico e financeiro da empresa e também, como cliente, nos confiar novas atribuições e responsabilidades.

Março de 2012

Vicente Pereira

## Indicadores de gestão

Os resultados de atividade expressos nos indicadores do quadro seguinte permitem, afirmar que, pese embora todas as adversidades de contexto, a evolução global da empresa foi positiva com melhor desempenho que no exercício anterior:

### Indicadores

(euros)

Indicador	2011	2010 Reexpressado	Δ %
<b>Resultados</b>			
Resultado Operacional	244.293	-2.466.431	110%
Rendimentos Operacionais	79.721.232	86.467.045	-8%
Gastos Operacionais	79.476.940	88.933.477	-11%
EBITDA*	1.296.145	-463.851	379%
Resultado Líquido	-1.341.031	-3.439.128	61%
<b>Negócio</b>			
Volume de Negócios	76.038.514	82.768.040	-8%
VAB	37.371.488	41.417.010	-10%
<b>Investimentos</b>			
Investimentos	1.007.126	2.070.519	-51%
<b>Recursos Humanos</b>			
Efectivo Final do Exercício	1.236	1.487	-17%
Efectivo Médio	1.401	1.553	-10%

\* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade

## Principais acontecimentos

Como principais acontecimentos durante o exercício de 2011 destacam-se os seguintes:

- Aprovação do Código de ética revisto;
- Implementação do regime de contratação pública previsto no Código de Contratos Públicos, de acordo com instruções recebidas do acionista e recomendações da IGF;
- Estabelecido contrato com o cliente RENFE para prestação de serviços de manutenção integral de automotoras da série 592;
- Estabelecido contrato de prestação de serviços de manutenção de vagões com o cliente NOVA NAP;



- Estabelecido aditamento ao Contrato de prestação de serviços de recuperação e restauro dos veículos afetos ao Comboio Presidencial com a Fundação Museu Nacional Ferroviário;
- Estabelecido Protocolo de colaboração empresarial entre a EMEF e a EMEFi;
- Celebração de contrato de prestação de serviços de limpeza na frota Tram-Train do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto;
- Celebração de protocolos de cooperação com variadas entidades no âmbito do desenvolvimento de atividades de I&D;
- Atribuição à EMEF de patente de invenção relativa a sistema de engate para ensaios dinâmicos de frenagem;
- Cedência das quotas da participada SAROS ao acionista único (CP);
- Receção e montagem de novo torno de fosso na Oficina de Campolide;
- Reorganização interna (POC, DIEF, POS, SAI, DF);
- Elaboração pela FERNAVE a pedido do acionista de Plano de Reestruturação e Viabilidade da EMEF e conseqüentemente elaboração de Plano de Ações pela EMEF para o quinquénio 2011/2015;
- Encetadas negociações para revisão/negociação Contrato Quadro com a CP;
- Encerramento dos Postos de Manutenção de Livração e Régua-Corgo;
- Encerramento da Oficina de Manutenção da Figueira da Foz;
- Início da transferência da atividade de reparação de material circulante de Guifões para Contumil;
- Entrega das instalações (oficina e escritórios), sitas no Complexo da Amadora, pela FERGRÁFICA;
- Renovação do Sistema de Qualidade no âmbito da NP EN ISO 9001;
- Concessão da certificação do SGRH conforme NP 4427 (auditoria de concessão ocorrida em dezembro 2011);
- Renúncia do Presidente do CA da EMEF.

## **A – GOVERNO DA SOCIEDADE**

### **1. Missão, Objetivos e Políticas**

Norteadas para ser referência nacional em material circulante ferroviário, a EMEF assume como missão, criar valor para os clientes, trabalhadores e acionista, conquistando competitividade e adequando o negócio de manutenção e recuperação de material circulante à procura nacional e internacional, para alcançar por si só a sua continuidade.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos pelo:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

### **2. Regulamentos Internos e Externos**

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades, comerciais, de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

#### **Regulamentos Internos**

1. Estatutos da Sociedade
2. Acordos de Empresa
3. Código de Ética
4. Manual da Qualidade
5. Política da Qualidade Ambiente e Segurança
6. Procedimentos Funcionais do Ambiente
7. Procedimentos Funcionais da Qualidade
8. Manual de Recursos Humanos
9. Política de Recursos Humanos



10. Procedimentos de Recursos Humanos
11. Regulamento de Categorias Profissionais
12. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
13. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços
14. Regulamento de Controlo de Alcoolémia

## **Regulamentos Externos**

1. Decreto-Lei n.º 558/99, 17 de dezembro – alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto – Regime jurídico do Setor Empresarial do Estado
2. Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março – Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
3. Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público
4. Código dos Contratos Públicos
5. Despacho n.º 438/10-STEF, de 10 de maio – Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
6. Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio - Sistema de certificação das entidades responsáveis pela manutenção de vagões de mercadorias
7. Decreto-Lei n.º 75/2003, 16 abril – Regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.
8. Decreto-lei n.º 103/2008, de 24 de junho - Visa assegurar a livre circulação das máquinas e respetivos acessórios, fixando igualmente os requisitos essenciais para a saúde e a segurança dos trabalhadores e dos consumidores.
9. Decreto-Lei n.º 178-2006, de 5 de setembro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 junho - Regime geral de gestão de resíduos
10. Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro – Regime do exercício da atividade industrial

### 3. Informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

#### Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas (euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	5.979.343	41.889.242
CP CARGA	35.390	25.105.888
FERGRÁFICA	53.473	25.068
ECOSAÚDE	97.485	333
FERNAVE	512	7.905
SAROS	-	6.728
EMEF INTERNACIONAL	-	12.386
EMEF/SIEMENS, ACE	-	1.859.727

### 4. Informação sobre outras transações

As entidades cujos fornecimentos ultrapassaram um milhão de euros são as seguintes:

#### Fornecedores com faturação superior a 1M€

(euros)

Empresa	Faturação 2011
CP, EPE	6.933.734
SAMBRE ET MEUSE SAS	1.891.881
MARTIFER CONSTRUCOES	1.773.394
VALDUNES	1.297.614

No respeitante à aquisição de serviços durante o exercício de 2011, foram cumpridos os normativos constantes do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio de 2010, que impõe a justificação económica e a ausência de soluções internas dos contratos de valor superior a 125.000,00 euros e, também, foi cumprida a norma prevista no artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, executada nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março. Assim, a empresa promoveu a redução dos valores dos contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2011 com idêntico objeto e a mesma contraparte, mediante aplicação das percentagens previstas no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro. Acresce que, nos procedimentos pré-contratuais de 2011, atinentes à prestação de serviços com idêntico objeto de outros anteriormente celebrados, mas eventualmente com contraparte diferente, já a EMEF estabeleceu preços base com a mencionada redução.

## 5. Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

A CP – Comboios de Portugal E.P.E. é acionista universal da EMEF.

A EMEF tem como Órgãos Sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ROC.

### I. Órgãos Sociais

Ao longo do exercício de 2011 os Órgãos Sociais eleitos em Assembleia Geral de 24 de junho de 2010 - nomeação exarada na ata nº 48 da Assembleia Geral, para um mandato de três anos (2010 a 2012) sofreram alterações, seguidamente enunciadas por Órgão:

#### a) Mesa da Assembleia Geral

##### Presidente

Até 30/06/2011	A partir de 21/09/2011
Armando Fonseca Mendes	Maria Romana da Cunha Honório Paulino Correia de Vasconcelos

##### Secretário

Até 20/09/2011	A partir de 21/09/2011
Maria Romana da Cunha Honório Paulino Correia de Vasconcelos	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins

## b) Conselho de Administração

**Presidente**

Até 31/12/2011	A partir de 09/02/2012
Carlos Alberto Clemente Frazão	Alfredo Vicente Pereira

Vogal: Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins

Vogal: José Manuel Sancho Pontes Correia

## c) Conselho Fiscal

**Presidente**

Até 20/09/2011	A partir de 21/09/2011
Elsa Maria Roncon Santos	Alfeu Pimentel Saraiva

**Vogais**

Até 20/09/2011	A partir de 21/09/2011
António Manuel Pascoal Ribeiro Medeiros	Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira
Até 29/03/2012	A partir de 30/03/2012
Jorge Miguel Campo Martins	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro

**Suplente**

Até 29/03/2012	A partir de 30/03/2012
João Albino Cordeiro Augusto	Carla Manuela Serra Geraldês

## d) ROC

Até 29/03/2012	A partir de 30/03/2012
KPMG & Associados, SROC, SA	Horwath & Associados, SROC, Lda.

### Distribuição de Pelouros

<b>Membros</b>	<b>Pelouros</b>
<p>Presidente Carlos Alberto Clemente Frazão</p>	<p>Coordenar a ação dos membros do Conselho de Administração Parque Oficial do Centro Parque Oficial do Sul Unidade de Novos Projetos Comercial e Marketing</p>
<p>Vogal Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins</p>	<p>Recursos Humanos Financeira Auditoria Interna Jurídico e Contencioso Controlo Gestão e Planeamento Estratégico</p>
<p>Vogal José Manuel Sancho Pontes Correia</p>	<p>Parque Oficial do Norte Inovação e Engenharia Ferroviária Logística Qualidade, Ambiente e Segurança Sistemas de Informação Manutenção de Alta Velocidade Gestão de Obras e Património</p>

### Curricula vitae resumidos

#### **ENG. CARLOS ALBERTO CLEMENTE FRAZÃO (Presidente do CA)**

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Diretor da Linha de Cascais, de Diretor de Projetos da FERBRITAS, de Vogal do Conselho Diretivo do Gabinete Ferroviário de Lisboa, de Vogal do Conselho de Gerência da C.P., de Vice-presidente do Conselho de Administração da REFER, E.P., de Vogal não executivo do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., de Presidente (fundador) do Conselho de Administração da FERTREM – Operações Ferroviárias Internacionais, S.A., de Presidente do Conselho de Administração da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., de Presidente do Conselho de Administração da FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A., de Vogal não executivo do Conselho de Administração da RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., de Presidente (fundador) do Conselho de Administração da REFER TELECOM, S.A.

***DR ALFREDO VICENTE PEREIRA (Presidente do CA a partir de 09/02/2012)***

Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte letiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management avance (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa. Desde junho de 2010 é Vice-Presidente da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

No seu percurso profissional, foi entre 2005 e junho 2010, Vice-Presidente da REFER, E.P.E. – gestão da infraestrutura ferroviária.

Anteriormente foi Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto Diretor Executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi Presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, subholding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de gestão da VALORSUL e da GENERG. Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999 e posteriormente entre 2003 e 2009 como professor convidado.

***DRA. RITA ALHO MARTINS (Vogal do CA)***

Desde novembro de 2006 – Vogal Executiva do Conselho de Administração da EMEF. Mestre em Contabilidade pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Licenciada em Direito pela Universidade Internacional, Bacharel em Gestão Hoteleira pelo Instituto Superior Politécnico Internacional, Pós Graduada em Estudos Europeus – Variante Económica, pela Universidade Católica.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Vogal do Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris do Exército, de Chefe de Departamento de Planeamento, Controlo de Gestão e Estudos Económicos na INDEP – Indústrias Nacionais de Defesa,

EP, de Vogal do Conselho de Gerência e Diretora Administrativa, Financeira e de Informática do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, de Administradora do pelouro financeiro da SOINTAL – Casinos do Algarve, SA, de Administradora do pelouro financeiro e Diretora da CREDIVALOR – Sociedade Parabancária de Valorização de Créditos, SA.

Na área académica, é docente de Matemática do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa desde 1975, lecionou cursos de formação e elaborou manuais de cálculo financeiro para o Ministério das Finanças da República Popular de Moçambique entre 1981 e 1983, lecionou cursos de formação de gestão financeira na EUROGEC, Lda., em 1994.

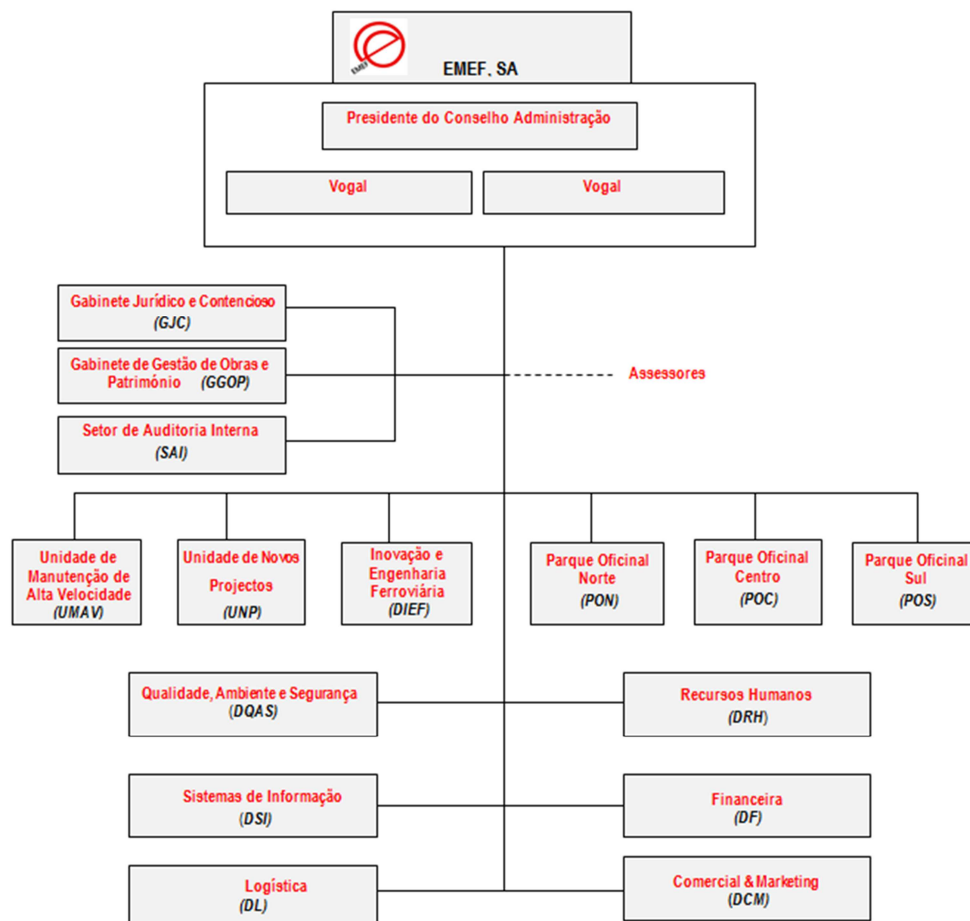
***ENG. JOSÉ MANUEL SANCHO PONTES CORREIA (Vogal do CA)***

Desde junho de 2010 – Vogal Executivo do Conselho de Administração da EMEF. Licenciado em Engenharia Civil (Urbanização e Transportes), pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Chefe do Serviço de Horários da CP, de representante da CP na Comissão de Horários da UIC e no Fórum Train-Europe, de Representante da CP e do Ministério dos Transportes na Comissão Permanente da Hora, de Responsável pela Equipa de Implementação do Serviço Alfa Pendular da CP, de Vogal da Comissão Executiva da UVIR (Unidade de Viagens Interurbanas e Regionais), de Responsável pela gestão das infraestruturas ferroviárias e projetos ramais, de Diretor Coordenador da CP – Longo Curso e de Representante na Comissão de Passageiros (UIC) e no Grupo de Trabalho de Passageiros (CER). Exerceu, ainda, funções de Administrador Executivo da empresa FERBRITAS, S.A., Empreendimentos Comerciais e Industriais e de Responsável técnico pela exploração e comercialização dos Agregados produzidos nas Pedreiras de Monte das Flores e Castelo Ventoso.

## II. Estrutura Organizacional

O organograma da empresa configura-se do seguinte modo:



### Estrutura societária nas participadas

A EMEF tem participação financeira nas seguintes empresas, cuja composição societária é a seguinte:

#### Participações Financeiras

Designação	EMEF
EMEF INTERNACIONAL SA	95%
EMEF/SIEMENS ACE	51%

A EMEF Internacional, S.A. foi constituída pela EMEF e CP para desenvolver a atividade de fabrico, reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários numa perspetiva internacional.





A EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

## 6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

A remuneração dos Órgãos Sociais é fixada por deliberação da acionista universal em Assembleia Geral.

### Conselho de Administração

Rubrica do Balanço	Presidente Engº Carlos Frazão	Vogal Drª Rita Alho Martins	Vogal Engº Pontes Correia	
<b>1. Remuneração</b>				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	73.994	66.594	73.994	
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	3.700	3.330	3.700	
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	7.009	6.258	7.009	
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	63.285	57.006	63.285	
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0	
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0	
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	-	-	-	
<b>2. Outras regalias e compensações</b>				
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	1.440	1.440	1.440	
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	320	178	550	
2.3. Subsídio de deslocação (€)	-	-	842	
2.4. Subsídio de refeição (€)	2.104	2.114	2.104	
2.5. Outras (Despesas Representação) (€)	12.940	11.646	12.940	
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>				
3.1. Regime de Protecção Social (€)	9.245	10.406	11.460	
3.2. Seguros de saúde (€)	287	287	287	
3.3. Seguros de vida (€)	0	0	0	
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	321	321	321	
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)				
Seg Resp. Civil	623	623	623	
Acidentes de trabalho	464	420	464	
<b>4. Parque Automóvel</b>				
4.1. Marca	<i>BMW</i>	<i>Mercedes</i>	<i>SEAT</i>	<i>Mercedes</i>
4.2. Modelo	<i>Série 5 - E60 520d Executive</i>	<i>C 220 CDI</i>	<i>EXEO 2.0 Tdi</i>	<i>C 220 CDI Eleg</i>
4.3. Matrícula	<i>22-IV-05</i>	<i>44-DC-20</i>	<i>70-ML-30</i>	<i>74-GO-64</i>
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Rentini	<i>AOV</i>	<i>AOV</i>	<i>AOV</i>	<i>AOV</i>
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	<i>49.746</i>	<i>52.844</i>	<i>33.214</i>	<i>47.989</i>
4.6. Ano Início	<i>2010</i>	<i>2007</i>	<i>2011</i>	<i>2008</i>
4.7. Ano Termo	<i>2014</i>	<i>2011</i>	<i>2015</i>	<i>2012</i>
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	<i>49</i>	<i>56</i>	<i>49</i>	<i>49</i>
4.9. Valor Residual (€)	<i>24.591</i>	<i>26.943</i>	<i>16.857</i>	<i>30.846</i>
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de s	<i>11.912</i>		<i>9.529</i>	<i>10.647</i>
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	<i>2.792</i>		<i>2.409</i>	<i>2.112</i>
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (litros/ano)	<i>1.800</i>		<i>1.800</i>	<i>1.800</i>
4.13. Outros (€)	<i>2.418</i>		<i>943</i>	<i>427</i>
Inspeção	<i>0</i>		<i>23</i>	<i>0</i>
Portagens	<i>1.375</i>		<i>191</i>	<i>333</i>
Estacionamento	<i>23</i>		<i>22</i>	<i>52</i>
Reparação	<i>1.020</i>		<i>708</i>	<i>42</i>
<b>5. Informações Adicionais</b>				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	
5.3. Regime de Protecção social				
5.3.1. Segurança social (s/n)	<i>s</i>	<i>s</i>	<i>s</i>	
5.3.2. Outro (indicar)	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

O ponto 1.1, 1.2 e 1.3 inclui vencimento base e despesas de representação

## Auditor Externo

(euros)

Auditor Externo	2011 **	2010
KPMG	-	15.900
Crowe Horwath	10.648	-

\*\* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

## Órgão de Fiscalização

(euros)

ROC	2011	2010
KPMG	6.750	7.500
Crowe Horwath	4.500	-

## 7. Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental

No desenvolvimento da atividade no ano de 2011, a EMEF deu continuação ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos. Foram adotadas melhorias nas práticas de gestão ambiental, encontrando-se em estudo a introdução de um sistema de gestão ambiental integrado.

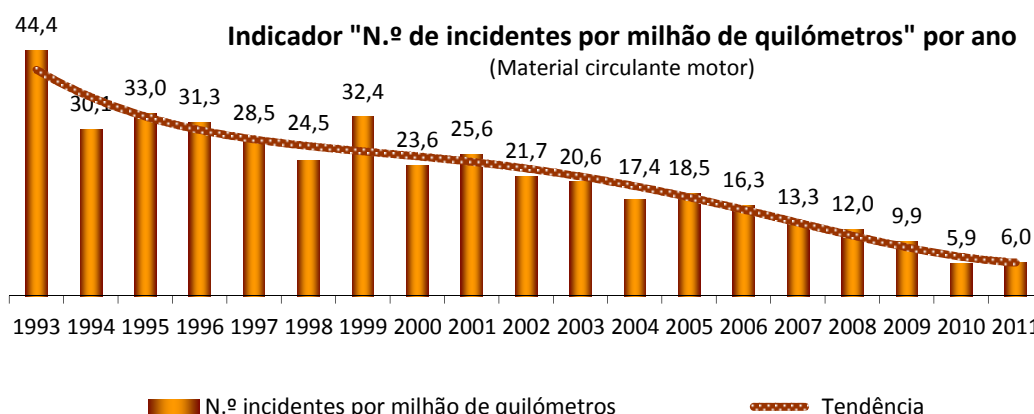
No vetor social, sentiu-se um maior constrangimento por imperativo do cumprimento das medidas excecionais legisladas.

### Responsabilidade Económica

O principal destaque vai para o resultado do EBITDA que passou de negativo em 2010 para positivo em 2011 (1,3M€), já incluídos os gastos com indemnizações (3,9M€).

Alcançou-se uma melhoria do índice de cobertura dos gastos operacionais que atingiu 102% contra 98% em 2010. Reduziu-se o endividamento percentualmente muito aquém dos limites máximos, fixados pelo Governo.

A fiabilidade média do material circulante motor em 2011 (Incidentes/milhão de Km) manteve-se praticamente igual a 2010, mantendo a tendência de melhoria traduzida no gráfico a seguir mencionado:



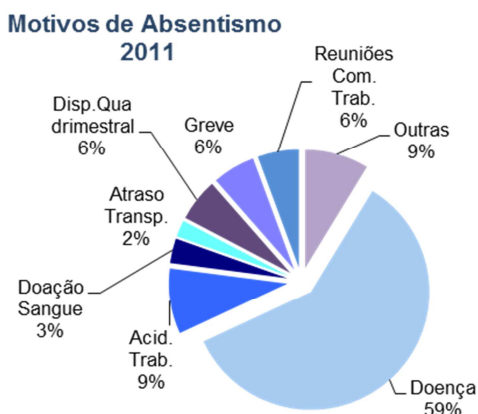
NOTA : Dados do portal INFOTEC, relativos a Incidentes afetos a material circulante motor, considerado da responsabilidade da EMEF. Não se encontram contabilizados os incidentes e quilómetros percorridos relativos a unidades de material circulante que se encontrem em período de garantia do fabricante nem os relativos a loco-tratores e ao material rebocado de passageiros e mercadorias.

Os gastos com pessoal foram influenciados positivamente pelos imperativos de contenção, mas também, pelo efeito do ajustamento dos recursos humanos à atual dimensão da carteira de negócios e negativamente pelo impacto das indemnizações negociadas decorrentes de saídas por mútuo acordo.

Ilustrando uma parte dos efeitos de contenção observa-se que os salários na empresa não acompanharam o ajustamento de correção monetária, no triénio findo:

Proporção do salário mais baixo comparado com o mínimo nacional	2009	2010	2011	Varição 2011/2010 (%)
Salário mínimo nacional (€)	450	475	485	2,1%
Salário mais baixo EMEF (€)	622,28	622,28	622,28	0%
Proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo nacional (%)	138%	131%	128%	-3%

O absentismo situou-se nos 7,74%, contra 8,55% em 2010, sendo os motivos principais indicados no seguinte gráfico:



## **Responsabilidade ambiental**

A empresa procede, de modo coordenado, à análise e monitorização de requisitos relativos a gases fluorados com efeito de estufa, responsabilidade ambiental, ruído ambiental e ainda na implementação de melhorias relativas a efluentes líquidos e gasosos, solventes, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos.

A preocupação da empresa e o seu empenhamento na sustentabilidade ambiental estão patentes nas seguintes ações desenvolvidas internamente:

- a) Difusão interna de legislação ambiental;
- b) Acompanhamento de auditorias de ambiente do cliente CP e propostas de ações corretivas;
- c) Nas instalações da Amadora foi realizado o levantamento dos fluídos frigorígenos dos equipamentos de ar condicionado, tanto nos que contêm fluídos que empobrecem a camada de ozono (Decreto-Lei 35/2008 e Decreto-Lei 152/2005) como nos que contribuem para o efeito de estufa (Decreto-Lei 56/2011);

### ***Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)***

Na sequência de auditorias energéticas realizadas e do respetivo relatório apresentado por entidade oficialmente credenciada, foram aprovados pela DGEG os “acordos de racionalização energética”(ARCE) aplicáveis às instalações do Entroncamento e de Guifões, com vista a aumentar a eficiência energética e a cumprir a legislação aplicável (Decreto-Lei 71/08);

### ***Gestão de resíduos***

Neste âmbito destacam-se:

- a) Monitorização e gestão do contrato global de resíduos, abrangendo todos os estabelecimentos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço feita até ao momento revela melhoria face à situação antes existente e também desempenho positivo;
- b) Coordenação do encaminhamento desses resíduos para entidades legalmente autorizadas no portal do Ministério do Ambiente (SIRAPA);

- c) Ações de comunicação dos requisitos legais e internos, de modo a melhorar as práticas, nomeadamente na separação e envio de resíduos para reciclagem;
- d) Continuação da promoção da utilização de produtos de pintura de base aquosa, com vista à redução de consumo de compostos orgânicos voláteis. (e.g. foram aplicados estes produtos nas reparações R2 das Unidades UQE3500 iniciadas em 2011, em articulação com CP);
- e) Prosseguimento da monitorização de medidas definidas na sequência de anterior auditoria interna<sup>1</sup> ao processo de gestão de resíduos (projeto "MGR")<sup>2</sup>;
- f) Dinamização interna da operacionalização de planos de monitorização e na comunicação de dados às entidades oficiais, nomeadamente planos de gestão de solventes, monitorização de efluentes gasosos e líquidos;

### ***Monitorização de efluentes líquidos e gasosos***

Procedeu-se à monitorização dos efluentes líquidos e gasosos, prevista em procedimentos de ambiente e em requisito legal para as quais foram tomadas respetivas medidas corretivas, sempre que necessário.

### **Responsabilidade Social**

A responsabilidade social assume uma dimensão expressiva, patente nas boas práticas aplicadas na EMEF, salientando-se os seguintes vetores de atuação, sua tipificação e quando aplicável os respetivos resultados:

#### ***Código de ética***

A empresa aprovou a revisão e procedeu à devida divulgação do seu Código de Ética. Em ponto específico será desenvolvido o presente item.

<sup>1</sup> Auditoria efetuada anteriormente pelo Serviço auditoria interna

<sup>2</sup> "MGR" – Projeto Melhoria de Gestão de Resíduos

## *Certificação, acreditação e trabalhos de normalização*

### **1. Certificação NP EN ISO 9001**

A EMEF desenvolveu um sistema de gestão da qualidade, atualmente certificado conforme norma NP EN ISO 9001:2008, pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), abrangendo toda a empresa, incluindo a EMEF Internacional, tendo obtido renovação pela APCER, em dezembro de 2011, processo em que não houve registo de não conformidades, aspeto essencial no acesso a concursos e ao mercado.

Durante 2011 prosseguiu-se o trabalho de desenvolvimento do atual Sistema da Qualidade, que inclui não só a Gestão da Qualidade, mas também os aspetos de Ambiente e Segurança Ocupacional. Intensificou-se a atividade respeitante a integração dos diversos pontos em comum entre os referenciais ISO 9001 e NP4427 (Sistema de Gestão de Recursos Humanos), contribuindo deste modo para a concessão da certificação do SGRH conforme NP 4427 (auditoria de concessão ocorrida em dezembro 2011) evitando redundâncias.

Manteve-se o âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade da EMEF, SA: Conceção, reparação, manutenção, reabilitação, modernização, fabricação, modificação e operações de carrilamento de material circulante ferroviário e acondicionamento dos respetivos órgãos e equipamentos.

Foi efetuada auditoria de acompanhamento da APNCF à UNP ocorrida em novembro de 2011, no âmbito do processo de certificação de vagões (UNP) conforme diretivas de interoperabilidade

### **2. Acreditação do Laboratório de Ensaios e Metrologia do Entroncamento (LEM) conforme norma NP EN ISO/IEC 17025**

O LEM está acreditado desde março de 2008 pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) de acordo com as normas internacionais NP EN ISO IEC 17025. Em 2011 teve a sua auditoria anual de renovação realizada pelo IPAC, continuando a realizar calibrações de equipamentos de medição e monitorização utilizados na manutenção, reparação e fabrico, para as oficinas da empresa e para o exterior, neste caso cobrindo os custos do próprio processo (IPAC). A acreditação cobre os principais equipamentos de medição da área dimensional, elétrica, pressões e binários em gamas pré-definidas, assegura

elevado número de calibrações internas de equipamentos, bem como calibrações para o exterior.

### 3. *Interoperabilidade - Análise dos requisitos Regulamentares/Diretivas EU*

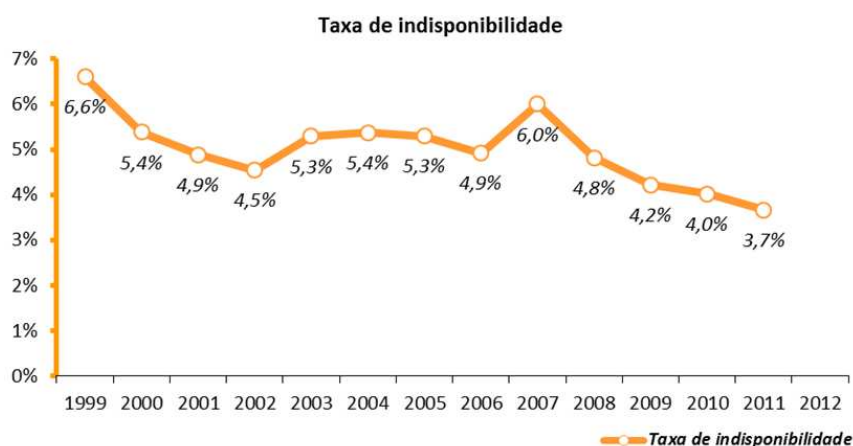
Deu-se continuação aos trabalhos de harmonização e integração da regulamentação associada à Diretiva de Segurança Ferroviária, no sistema da Qualidade da EMEF e ao seu impacto na atividade da empresa, conjugados com o Regulamento 445/2011 relativo a Certificação de “Entidades Responsáveis pela Manutenção”, Draft da ERA sobre requisitos de certificação de oficinas de Manutenção Ferroviária (“CMW”) e Regulamento 352 /2009 sobre CSM (Risco)<sup>3</sup>.

### 4. *Colaboração com IMTT – Reconhecimento Comum Portugal-Espanha*

Prosegiu a colaboração com o IMTT através de reuniões e análise de requisitos no âmbito do acordo de reconhecimento comum entre Portugal e Espanha, relativo ao serviço prestado por oficinas de manutenção da Península Ibérica.

#### *Apoio a clientes e grau de satisfação*

Na empresa é monitorizado o índice de indisponibilidade, através do qual se avalia o grau de satisfação do cliente, estando aquele indicador associado à capacidade de resposta da EMEF para entrega diária do material circulante necessário à prestação do serviço de transporte por parte dos seus clientes. Em 2011 foi alcançado o melhor valor desde há 11 anos. Tal resultado não impede de todo, o estabelecimento de medidas para melhoria, dado o seu reflexo na qualidade do serviço prestado.



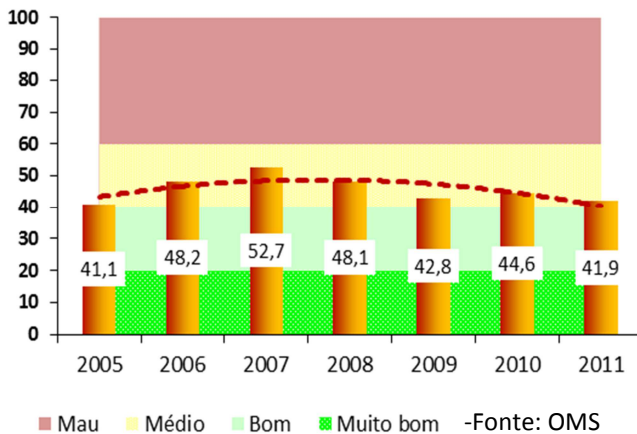
**Taxa de Disponibilidade:** Dados do INFOTEC (Indisponibilidade Média Material Motor às 08:00h)  
<sup>3</sup> “Common Safety Methods”, no âmbito da gestão do risco.



### Higiene e Segurança no trabalho

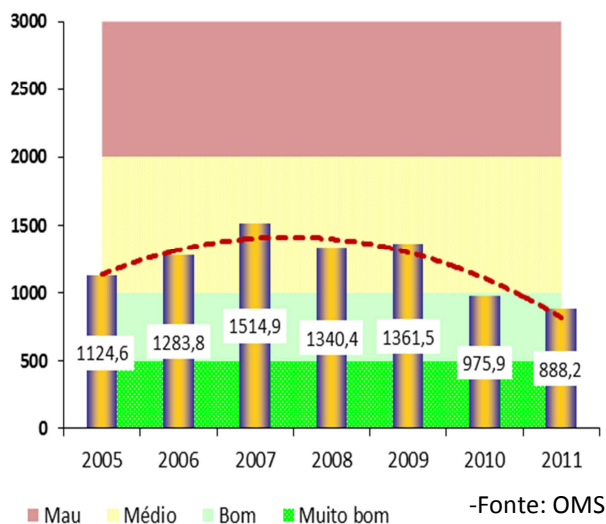
A empresa mantém particular atenção aos aspetos associados à higiene e segurança no trabalho. Na diminuição do risco associado ao exercício das várias profissões continuar-se-á a desenvolver melhorias para serem alcançadas metas acima da média recomendada, designadamente para o índice de frequência. Já quanto ao índice de gravidade a evolução tem sido muito positiva.

Evolução do Índice de Frequência (If)



$$If = \frac{(n^{\circ} \text{ acidentes com baixa}) \times 10^6}{n^{\circ} \text{ horas homem trabalhadas}}$$

Evolução do Índice de Gravidade (Ig)



$$Ig = \frac{(n^{\circ} \text{ dias úteis perdidos}) \times 10^6}{n^{\circ} \text{ horas homem trabalhadas}}$$

Destacam-se outras atividades direcionadas para segurança e proteção de pessoas e bens:

- **Diretiva ATEX - Para implementação do Manual de Proteção Contra Explosões** - “diretiva ATEX” (diretiva europeia nº 1999/92/CE, transposta pelo Decreto-Lei 236/2003, de 30 de setembro);
- **Avaliações de risco** - Avaliações de riscos ocupacionais na DIEF/Amadora equipamento e nas atividades realizadas no Poceirão, avaliação da qualidade do ar da oficina de Vila Real de Santo António;

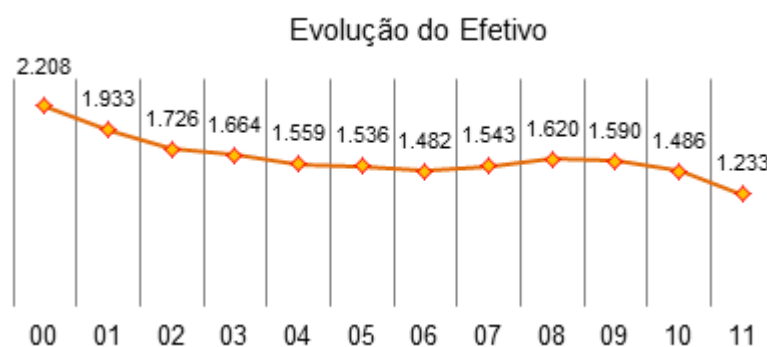
Relatório anual atividade SHST para publicação no portal eletrónico oficial.

### Gestão do capital humano

#### Empregabilidade

O ajustamento dos recursos humanos à carga de trabalho e a necessidade de melhorar os padrões de desempenho através de um quadro de pessoal mais jovem e de maiores qualificações tem sido e continuou a ser no ano de 2011, uma das tarefas principais.

Em 31 de dezembro de 2011 o efetivo da EMEF situou-se nos 1233 trabalhadores, dos quais 4,4% são mulheres e 95,6% são homens.



Os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo correspondem a 98,2% do total do efetivo. Com contrato a termo certo encontram-se 1,6% dos trabalhadores e com contrato de cedência ocasional 0,2%.

Acentuou-se em 2011 a diminuição do efetivo ajustando-se à forte diminuição da carga de trabalho verificada. Saíram da Empresa 253 trabalhadores, 176 dos quais por mútuo acordo.

No ano de 2011 foram integrados nos quadros Empresa 33 trabalhadores contratados a termo.

Os trabalhadores admitidos diretamente para a EMEF correspondem já a 38,6% (476) do efetivo da Empresa e os restantes 757 trabalhadores são oriundos da CP. Os níveis, etário, de antiguidade e de qualificação médios são os expressos nos quadros seguintes:

	Antiguidade Média	Idade Média
Trabalhadores admitidos diretamente para a EMEF	8,66	34,29
Trabalhadores transitados da CP para a EMEF	31,43	52,2
<b>Total</b>	<b>22,48</b>	<b>45,24</b>

	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Trabalhadores admitidos diretamente para a EMEF	31,70%	47,90%	20,40%
Trabalhadores transitados da CP para a EMEF	53,40%	42,60%	4,00%
<b>Total</b>	<b>44,50%</b>	<b>44,70%</b>	<b>10,80%</b>

### ***Novas Oportunidades na EMEF***

No que respeita à elevação do nível de qualificação dos trabalhadores da EMEF, o ano de 2011 foi o ano da conclusão do Projeto “Novas Oportunidades na EMEF” na parte escolar.

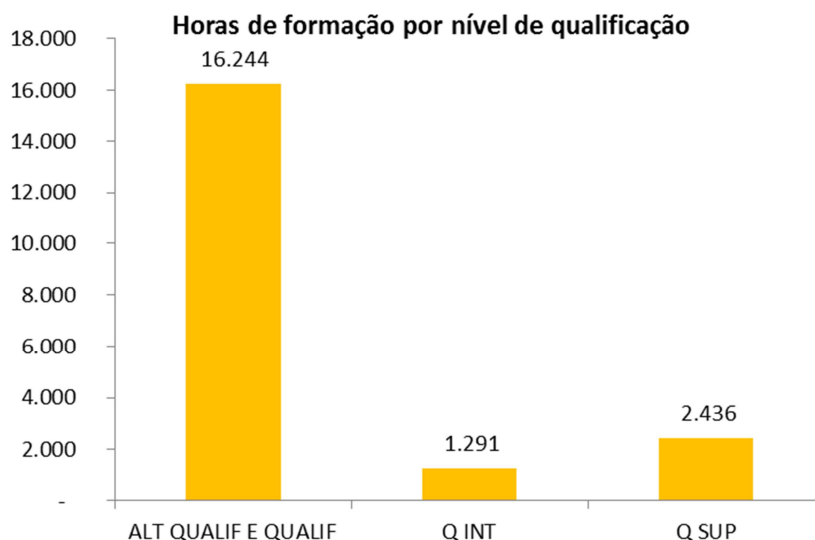
Com este Projeto, no triénio 2009-2011, 173 trabalhadores obtiveram a equivalência ao 9º ano de escolaridade e 143 trabalhadores obtiveram a equivalência ao 12º ano de escolaridade. Prevê-se que os últimos 17 trabalhadores, ainda com trabalhos em curso, conclua o processo de RVCC até ao final de abril de 2012, alcançando-se, assim, o número final de 333 trabalhadores que, com êxito, terminaram o processo.

### ***Formação***

Reorientou-se, em 2011, a formação profissional na EMEF utilizando fundamentalmente os seus recursos internos, após um esforço importante, levado a cabo nos últimos anos, de preparação e de atualização dos seus Técnicos Superiores e das suas Chefias Intermédias. Assim, limitou-se o recurso à formação externa, contemplando-se, apenas,

as ações necessárias à obtenção de certificação atribuível por entidade externa e as ações consideradas imprescindíveis ao cumprimento legal das atividades ou ao processo produtivo, para as quais a EMEF não dispunha de competências internas.

Em termos totais, realizaram-se 321 ações de formação ao longo do ano de 2011 com a participação de 1.611 formandos num total de 19.971 horas de formação.



### ***Inovação e Desenvolvimento***

No último quinquénio e dando sequência aos estudos inovadores que vinham do antecedente, a EMEF tem apostado na inovação, investigação e desenvolvimento, para alargar a sua área de negócios e melhorar o serviço prestado a clientes e por clientes no transporte de pessoas e mercadorias.

Sem investimento associado significativo, através de candidaturas a projetos financiados e a parcerias tem sido possível concretizar ideias em áreas de negócio.

A aposta na formação de quadros e os conhecimentos adquiridos através de equipas multidisciplinares, nacionais e internacionais tem catapultado a EMEF para o reconhecimento internacional da sua engenharia.

O desenvolvimento desta vertente encontra-se mais pormenorizado no ponto respeitante à atividade operacional.

## **8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom**

### **Governo**

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informação constante no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se globalmente acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

## **9. Código de Ética**

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

## 10. Sistema de Controlo

De acordo com a RCM n.º 49/2007, de 28 de março, o Conselho de Administração da EMEF decidiu reforçar, em meados de 2009, a função de auditoria interna, com o apoio de um consultor externo, projeto que inclui formação em posto de trabalho. Desde então, procedeu-se ao levantamento e avaliação dos principais riscos da empresa, com base nos quais planeou e realizou vários trabalhos de auditoria, nomeadamente ao sistema de gestão dos resíduos industriais, ao sistema de custeio e aos processos de investimento, este último em conclusão. Elaborou ainda o plano de gestão dos riscos de corrupção, o levantamento do sistema de controlo interno da empresa e um projeto de revisão da delegação de competências. Desenvolveu também atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

De acordo com a mesma RCM, em meados de 2010 foi criada a função de gestão do risco, tendo sido concretizado o levantamento, avaliação e elaboração de matrizes e relatórios sobre os riscos operacionais do Parque Oficinal do Sul (POS), da Manutenção de Lisboa (atualmente integrado no POS) e do Parque Oficinal do Centro, este último em fase de conclusão. Este trabalho incluiu ainda a apresentação e discussão desses relatórios com os dirigentes e técnicos dos órgãos referidos, com o objetivo de sensibilização para os riscos da empresa e para a necessidade de serem adequadamente geridos.

## 11. Prevenção de Conflitos de Interesses

No estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos na citada RCM, mormente no seu ponto 22, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

## 12. Divulgação de informação

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		x		
Identificação de comissões existentes na sociedade		x		
Identificar sistemas de controlo de riscos		x		
Remuneração dos órgãos sociais		x		
Regulamentos Internos e Externos		x		
Transacções fora das condições de mercado		x		
Transacções relevantes com entidades relacionadas		x		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		x		
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

Legenda: S – Sim; N – Não; N.A. – Não aplicável

## B – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

### 1. Objetivos de gestão

Foram monitorizados quatro indicadores globais que expressam bom desempenho face ao objetivado.

Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	Real	Meta	Desvio
Viabilidade económica	Índice de cobertura dos Gastos Operacionais	$\text{Rendimentos Operacionais} / \text{Gastos Operacionais} \times 100 [\%]$	102%	98%	4%
Eficiência Produtiva	Produtividade do trabalho	$\text{Valor Acrescentado Bruto} / \text{Efetivo médio de Pessoal} [10^3 \text{€}]$	27	26	1
Qualidade Produtiva	Índice de Fiabilidade (global) - Nº incidentes por milhão de quilómetros	$\frac{\sum \text{do nº de incidentes do material circulante por milhão de kms} (\times 10^6)}{\sum \text{do nº de Km percorridos [MKm]}}$	5,9	9,8	-3,9
Satisfação do Cliente	Índice de Indisponibilidade - Unidades de material circulante não disponíveis para Rotação	$(\text{Parque Operativo-Disponibilidade às 08:00h}) / \text{Parque Afeto} \times 100 [\%]$	3,7%	4,2%	-0,5%

### 2. Gestão do risco financeiro

A atividade financeira da empresa não oferece risco financeiro relevante. A escassez de meios líquidos tem sido colmatada com aportes da acionista e com recurso à utilização de linhas de crédito bancário negociadas em data anterior a 2011.

Daí que o risco financeiro radique apenas nas taxas de juro e, no eventual vencimento precipitado da dívida total por motivos alheios à empresa ou por incapacidade de renegociação dos prazos de amortização de contratos de mútuo e dos descobertos.

### 3. Prazo médio de pagamentos

As dificuldades de tesouraria, não permitiram dar cumprimento integral ao limite de antiguidade recomendado de 90 dias.

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	86	69	78	91	138	102	136	144



## 4. Divulgação de atrasos de pagamento

Dando cumprimento ao dever de divulgação sobre atrasos de pagamento, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, informa-se através do quadro seguinte a situação da empresa em 31/12/2011:

(euros)

PMP	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias *
Combustível	1.343			
Conservação e reparação	22.271			507
Empreitadas de obras públicas		44.925		1.579
Equipamento informático		57.186		
Higiene e limpeza	45.867	504		
Outros bens e serviços	837.205	706.919	14.049	453.711
Outros trabalhos especializados	34.413	4.534		
Papel e economato	4.564			
Rendas e alugueres	114.867			4.707
Serviços de voz e dados fixos e móveis	16.076			
Vigilância e Segurança	72.696			
Outros investimentos		43.700	32.927	

\* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento pelos mais diversos motivos, nomeadamente: aguarda encontro de contas, aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

## 5. Deveres especiais de informação

Os deveres especiais de informação, previstos no Despacho nº 14277/2008 de 14 de maio, a enviar à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, são cumpridos pela acionista universal CP – Comboios de Portugal, E.P.E., mediante informação que a EMEF lhe presta.

## 6. Recomendações da acionista

Não emergiram recomendações da acionista aquando da aprovação das contas de 2010, em Assembleia Geral de abril de 2011.

## 7. Remunerações

No ponto 6 de A – Governo da Sociedade foram apresentadas as remunerações dos Órgãos Sociais e do Auditor Externo, as quais cumprem as medidas de redução dos artigos 24º e 22º da Lei 55-A/2010.

Igualmente foi dado cabal cumprimento ao artigo 19º da mesma Lei no respeitante a trabalhadores.

## 8. Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

Relativamente à aplicação das normas de contratação pública à EMEF, mormente as que estão previstas no Código dos Contratos Públicos, importa referir que a empresa sempre entendeu, como ainda entende, que a sua atividade obedece a uma lógica de mercado e da concorrência, tendo, por isso, carácter comercial e industrial, não lhe sendo legalmente aplicáveis as citadas normas.

O mesmo não se dirá quanto aos princípios que norteiam a contratação pública. Tratando-se de uma empresa pública nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, caberá sempre à EMEF proceder às suas contratações em obediência aos princípios da concorrência, imparcialidade, transparência, publicidade e eficiência e eficácia económicas, o que, aliás, sempre procurou fazer e fez mediante procedimentos próprios.

No entanto, por despacho n.º 695/10-SETF, de 10 de julho, veio a tutela financeira homologar uma recomendação da IGF à EMEF para que esta passasse a aplicar o regime da contratação pública nas suas aquisições.

Atenta a instrução da tutela, a EMEF encetou as medidas necessárias ao seu estrito cumprimento, tendo procedido à formação dos seus colaboradores com responsabilidades nas aquisições de bens, serviços e empreitadas de obras; à reformulação dos seus procedimentos pré-contratuais; à contratação de plataforma eletrónica; e à adequação das suas minutas pré-contratuais e contratuais; tudo em conformidade com as normas da contratação pública.

A EMEF aderiu, ainda, ao Sistema Nacional de Compras Públicas – ANCP - enquanto Entidade Voluntária. No exercício económico em apreço, a EMEF procedeu às suas aquisições cumprindo as normas constantes do Código dos Contratos Públicos e legislação complementar, tendo recorrido aos Acordos-Quadro celebrados pela ANCP sempre que adequado.

Não obstante a especificidade da atividade da EMEF e do mercado em que se insere, os procedimentos aquisitivos têm, em geral, decorrido em termos de normalidade, sentindo-se no entanto algumas dificuldades que se prendem, fundamentalmente, com o seguinte:

- A recusa de variados fornecedores estrangeiros – alguns únicos por motivos técnicos - em aderirem à plataforma de contratação eletrónica, em fornecerem os documentos de habilitação, com especial acuidade para os certificados de registo criminal dos seus Gerentes ou Administradores;
- O excessivo formalismo e as redundâncias da legislação em apreço têm obrigado à repetição de procedimentos em virtude de meros erros materiais das propostas, impossíveis de retificar nos termos do Código, mas sem qualquer impacto na ordenação das mesmas ou nos princípios que ao mesmo Código estão subjacentes;
- Os prazos de aquisição inerentes aos procedimentos pré-contratuais previstos no CCP não se adequam a uma gestão técnica e comercial eficiente da atividade da EMEF, dificultando a pronta resposta a solicitações de clientes, concretamente a elaboração de orçamentos, e obrigando, por vezes, a um excessivo tempo de paragem do material circulante em intervenção;
- As normas relativas à fixação de especificações técnicas, tais como a proibição geral de referência a marcas ou fabricantes, não se coadunam com a grande complexidade técnica e a acrescida exigência de fiabilidade dos bens a adquirir para a atividade da EMEF, cujo mercado é, em muitos casos, limitado.

No respeitante ao cumprimento do Despacho n.º 438/10-SETF, a EMEF impôs, nas suas minutas pré-contratuais relativas à aquisição de serviços de valor igual ou superior a 125.000,00€, a obrigatoriedade de inserção da justificação da necessidade de contratar, de ausência de soluções internas e dos objetivos a alcançar.

Essa informação consta dos inícios de procedimento relativos à aquisição de serviços, sendo condição da decisão de contratar. Da avaliação dos resultados obtidos – mediante relatórios

minutados para o efeito - verifica-se a inexistência de desvios temporais ou financeiros dignos de nota.

## 9. Endividamento

A EMEF deu cumprimento aos limites máximos de endividamento remunerado previstos no Despacho 155/2011 do Ministério da Economia e Finanças de 28 de abril, para 2011 (6%) tendo-se, ao invés, observado uma redução significativa face aos valores de 2010, como comprova o quadro seguinte:

### Estrutura da Dívida

(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	Δ €	Δ%
Empréstimos bancários	15.837.500	21.440.000	-5.602.500	-26%
Empréstimos acionista	7.500.000	7.500.000	0	0%
Descobertos Bancários	7.885.948	7.616.763	269.185	4%
<b>Total da Dívida</b>	<b>31.223.448</b>	<b>36.556.763</b>	<b>-5.333.315</b>	<b>-15%</b>

A evolução da taxa média anual de financiamento para o período compreendido entre 2007 e 2011 encontra-se expressa no quadro seguinte:

### Taxa média anual de financiamento

(euros)

	2011	2010	2009	2008	2007
Dívida média anual	33.511.605	32.697.244	29.013.140	24.586.168	22.395.559
Juros e gastos similares suportados	1.542.969	926.167	990.866	1.283.365	960.994
Taxa média anual de financiamento	4,60%	2,83%	3,42%	5,22%	4,29%

## 10. Plano de Redução de Custos

Relativamente à implementação das medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, tiveram-se em conta as normas atinentes à redução da despesa pública, previstas no Orçamento de Estado de 2011, no Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e demais orientações governamentais aplicáveis.

A EMEF tem promovido a renegociação e redução dos contratos de serviços e outros. Para tanto, promoveu-se a identificação dos contratos de prestação de serviços suscetíveis de renovação automática com o fim de, em tempo útil para denúncia dos mesmos, negociar a redução do seu valor com os fornecedores, ou, lançar procedimentos pré-contratuais tendo

como critério preferencial o preço mais baixo e aplicando ao preço base a adequada redução, fazendo-se disso evidência em sede de início de procedimento. No mesmo âmbito, a empresa promoveu a renegociação de vários contratos vigentes com vista à redução do seu valor. Do mesmo modo, promoveu-se a otimização da utilização de recursos internos de molde a contratar externamente apenas o imprescindível.

A empresa deu igualmente cumprimento às medidas de redução de gastos aplicáveis aos recursos humanos. Assim, cumpriram-se as orientações sobre negociações salariais (ofício nº 1730, de 25 de fevereiro da DGTF).

A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho. Por esse facto e tendo em consideração o determinado por Despacho de 25 de março do Ministro de Estado e Finanças, não foram atribuídos quaisquer prémios no exercício de 2011.

Deu-se cumprimento à continuação da redução de 5% nas remunerações dos gestores, nos termos do artº 19º da Lei 55-A/2010, por aplicação do artº 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho e efetuou-se também a redução de 10% nos termos do previsto no mesmo artº 19º daquela Lei.

Aos trabalhadores foi-lhes aplicada a redução salarial nos termos do preceituado no artº 19º da Lei 55-A/2010.

## **11. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado**

A EMEF procedeu à abertura de conta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP em outubro de 2011. Contudo, a mesma não tem sido movimentada dada a escassez de liquidez e a recorrência aos descobertos bancários.

Caso a empresa apresente excedentes de tesouraria, e face ao estipulado nos termos da lei, estes serão canalizados para o IGCP.

## C – ATIVIDADE DA EMPRESA

### 1. Introdução

No ano de 2011, o contexto global desfavorável da economia nacional e particularmente do setor de transportes agudizou-se, tendo a EMEF desenvolvido a sua atividade num cenário de retração ainda mais acentuada da procura de serviços de manutenção e reparação do material circulante ferroviário.

A empresa face a essa redução de procura, tem vindo a efetuar uma reestruturação com repercussões muito significativas, mormente reduzindo os seus meios oficiais e o seu efetivo. Em 2011 apresentou resultados operacionais positivos, porém insuficientes para que se possa afirmar que a sua continuidade estará consolidada num horizonte temporal a cinco anos. Apesar dos esforços desenvolvidos há que prosseguir com uma política de redução dos meios produtivos.

A empresa conseguiu reduzir o endividamento bancário para aquém dos limites máximos impostos pelas medidas de contenção da despesa (-18%), mas os encargos financeiros mais que duplicaram à mercê da subida de spreads.

Ao nível da internacionalização foram desenvolvidos contactos e apresentadas várias propostas, mormente para construção de vagões, porém ainda sem qualquer concretização. Não tendo a EMEF capacidade de investimento, e nem dimensão para produzir em larga escala (800/1000 vagões ano) será através de parcerias, como sócios de indústria, que poderá singrar no mercado internacional da construção de vagões para o transporte de mercadorias, já que dispõe de know-how e engenharia ao nível do melhor da concorrência internacional.

Foram alcançados alguns contratos no âmbito das novas tecnologias ferroviárias que a EMEF domina através do seu polo de excelência ferroviária, e da sua engenharia, mas os montantes ainda não se apresentam suficientemente expressivos, para compensar a quebra de procura no segmento reparador. Neste domínio a EMEF tem suscitado muito interesse nos parceiros internacionais, que reconhecem a excelência do trabalho de investigação e de desenvolvimento realizado ao longo dos últimos anos.

Durante o exercício de 2011 prosseguiram-se atividades de concentração do seu parque oficial, procedendo-se ao encerramento, das instalações sitas na Figueira da Foz e de postos de via estreita. Preparou-se a transferência de parte das oficinas de Guifões para Contumil e

deu-se início ao processo de licenciamento industrial das oficinas do Poceirão onde se prevê instalar a manutenção e reparação de material diesel atualmente efetuadas no Barreiro, projeto que se prevê concluído durante 2013.

Ao nível do efetivo deu-se continuação ao processo de redução, não tendo sido possível elevar o número de saídas por se encontrar esgotado o plafond legal.

Na área financeira foi particularmente difícil manter os equilíbrios mínimos de tesouraria, quer por atrasos de alguns clientes quer por não se terem ultrapassado os limites bancários negociados até 2010.

## **2. Enquadramento Macro Económico**

A contração da atividade económica sem precedentes na economia portuguesa traduz uma queda expressiva da procura interna, quer pública quer privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos. A contração da procura interna tem sido acompanhada por um crescimento das exportações, porém insuficiente para a sua compensação.

As tensões nos mercados financeiros internacionais contribuíram para a perda de acesso do setor público a financiamento em condições regulares de mercado.

Nesta senda, o Estado Português solicitou assistência financeira ao FMI e à EU formalizando-se o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro compromisso para adoção de medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e também de natureza estrutural.

Não sendo possível assegurar em simultâneo a solvabilidade externa da economia portuguesa e o crescimento económico, o cumprimento indispensável das medidas para se alcançar aquele desiderato, impacta negativamente no crescimento económico, com maior incidência em 2012.

As previsões apontam para níveis de inflação elevados em 2012 e uma descida em 2013, apesar de não serem muito expressivos os aumentos esperados dos preços de importação de bens não energéticos, de ser expectável uma provável estabilização das matérias-primas e, a nível salarial uma expressiva contenção, em ambiente de níveis elevados de desemprego.

O enquadramento internacional corporiza uma desaceleração expressiva da atividade económica mundial em 2012, que não é alheia ao agravamento da crise da dívida soberana na zona euro.

Neste quadro macroeconómico, a nível do programa de reformas estruturais para o setor das infraestruturas e transportes no horizonte 2011-2015, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes assente em três pilares:

- Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o setor financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses;
- Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional;
- Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social.

### **3. Enquadramento no Setor**

A EMEF não sendo uma empresa de transportes, tem a sua atividade principal intimamente associada ao setor do transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias, porque se dedica à reparação, recuperação, reabilitação e manutenção de material circulante ferroviário, sendo detida a 100% pela CP-Comboios de Portugal, E.P.E., seu principal cliente.

A sua atividade contribui para a formação do preço do transporte. Assim, só adequando os meios oficiais e o efetivo à procura é que poderá ser competitiva e acompanhar o novo ordenamento económico previsto para o setor ferroviário no referido Plano Estratégico dos Transportes.

### **4. Análise Económica e Financeira**

Na análise económica e financeira que se apresenta de seguida, há que atender ao facto de a EMEF ter efetuado a reexpressão de valores nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, nomeadamente no Balanço, na Demonstração de Resultados e na Demonstração das Alterações do Capital Próprio com o objetivo de refletir a revisão de preços dos contratos de fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés (ainda em curso à data de encerramento de



contas) e de 100 vagões de 45 pés (este concluído em julho de 2011) com o seu cliente CP Carga.

### Resultado Operacional

Pese embora a conjuntura económica desfavorável, a EMEF registou em 2011 uma melhoria acentuada no seu Resultado Operacional no valor de +2,7 milhões de euros relativamente ao ano transato. Este desempenho resultou principalmente da quebra significativa dos gastos operacionais em 11% (-9,5 milhões de euros) conjugada com variação de igual sentido nos rendimentos operacionais que registaram uma diminuição na ordem dos 8% (-6,8 milhões de euros).

### Resultado Operacional

(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	Δ%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>79.721.232</b>	<b>86.467.045</b>	<b>-8%</b>
Vendas e Serviços Prestados	76.038.514	82.768.040	-8%
Rendimentos Suplementares	1.567.028	1.258.281	25%
Variações Invent. Produção	-815.799	1.519.836	-154%
Outros Rendimentos	2.931.489	920.888	218%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>79.476.940</b>	<b>88.933.477</b>	<b>-11%</b>
C. Merc.Vend. e Consumidas	28.323.287	30.387.908	-7%
Forn. e Serv. Externos	11.217.336	13.829.515	-19%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	31.944.625	38.417.214	-17%
Rescisões mútuo acordo	3.845.926	1.637.324	135%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	1.674.464	1.784.085	-6%
Outros Gastos	2.471.302	2.877.430	-14%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>244.293</b>	<b>-2.466.431</b>	<b>110%</b>

A diminuição dos rendimentos operacionais é justificada basicamente pela quebra nos segmentos de atividade de reparação e manutenção, como se pode constatar no quadro seguinte:

### Rendimentos\* por segmento de atividade

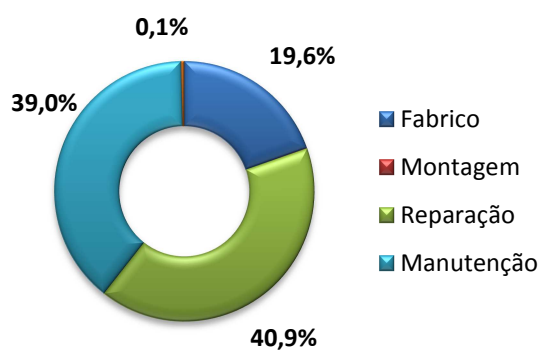
(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	Δ%
<b>Segmento de atividade</b>	<b>75.222.715</b>	<b>84.287.877</b>	<b>-11%</b>
Fabrico	17.902.627	16.539.273	8%
Montagem	0	43.119	-100%
Reparação	27.996.229	34.834.675	-20%
Manutenção	28.569.348	32.870.810	-13%
Reabilitação	754.511	0	na

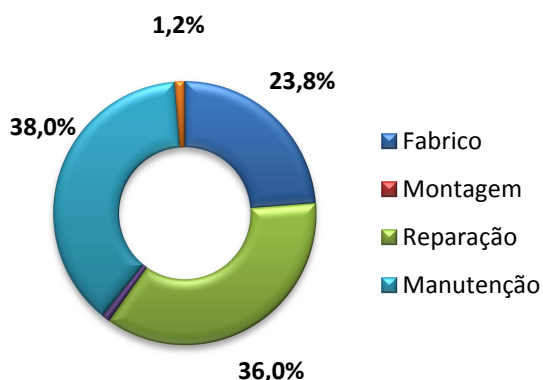
\* Vendas + SP + VIP

Relativamente à evolução dos rendimentos por segmento de atividade, verifica-se que em 2011, a manutenção é o segmento que mais contribuiu para os resultados, tendo ultrapassado o segmento da reparação. O segmento de fabrico aumentou ligeiramente pelo facto de a produção de vagões ter estado em pleno todo o ano. Os trabalhos já efetuados a nível da recuperação do Comboio Presidencial contribuíram para o crescimento do segmento de reabilitação.

### Rendimentos por segmento 2010



### Rendimentos por segmento 2011



Como se pode constatar no quadro abaixo, a redução de serviços prestada para o cliente CP-Comboios de Portugal E.P.E. explica totalmente a quebra na atividade de reparação e manutenção, mesmo que consideremos em 2011 a atividade desenvolvida para o SIMEF:

### Rendimentos\* por cliente

(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	Δ%
<b>Cliente</b>	<b>75.222.715</b>	<b>84.287.877</b>	<b>-11%</b>
CP	41.485.404	53.928.775	-23%
CP CARGA	23.968.295	23.269.277	3%
BOMBARDIER/PROMETRO	4.634.547	3.531.537	31%
EMEF/SIEMENS ACE	1.030.196	246	-
REFER	646.373	1.121.817	-42%
METRO DO PORTO	738.876	986.118	-25%
RENFE	931.906	0	-
OUTROS	1.787.120	1.450.107	23%

\* Vendas + SP + VIP

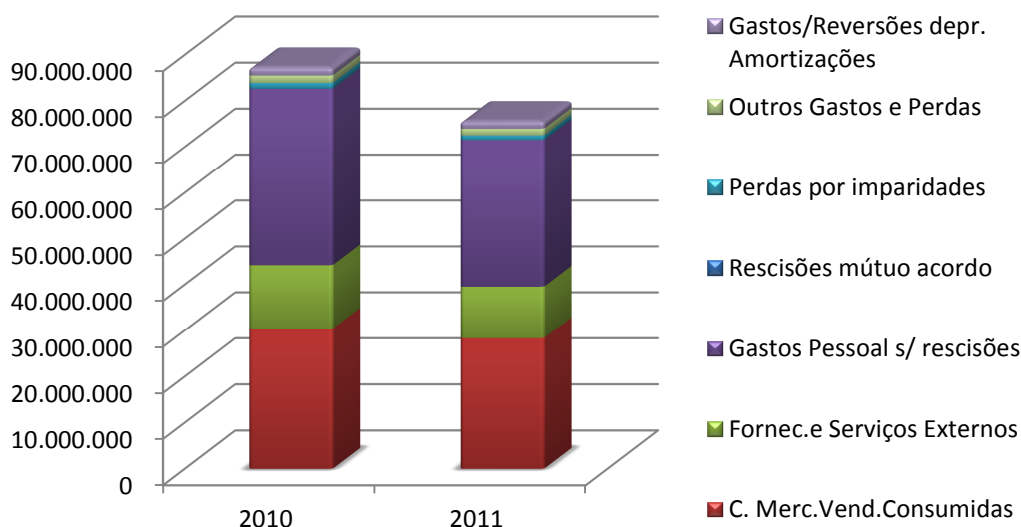
O crescimento dos “Outros rendimentos” é justificado essencialmente pelo incremento das reversões em imparidades de inventários (+0,8 milhões de euros) e das reversões de provisões (+0,6 milhões de euros).

## Gastos

Tal como focado anteriormente, no ano de 2011 registou-se uma quebra de 9,5 milhões de euros nos gastos operacionais da empresa para o qual contribuíram significativamente:

- A redução dos fornecimentos e serviços externos em 19% (-2,6 milhões de euros)
- A diminuição dos gastos totais com pessoal em 11% (-4,3 milhões de euros), pese embora o aumento exponencial do valor das rescisões por mútuo acordo (+2,2 milhões de euros)
- O decréscimo do custo das mercadorias consumidas em 7% (2 milhões de euros), motivado pela quebra de atividade de reparação e manutenção

### Evolução e Estrutura de Gastos



A adoção de medidas conducentes à contenção de custos através de uma gestão eficiente e racionalização dos fornecimentos e serviços externos e a implementação das políticas de redução remuneratória impostas pela Lei nº 55-A/2010, foi determinante para atingir largamente os objetivos impostos às empresas do Setor Empresarial do Estado – redução dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 15% face ao ano 2009, onde a EMEF se insere:

### Gastos Operacionais

(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	2009	Δ% (2011/2009)
Fornecimentos e serviços externos	11.217.336	13.829.515	15.774.246	-29%
Gastos com pessoal (s/ rescisões)	31.944.625	38.417.214	40.789.545	-22%

## Gastos de financiamento e Resultado Líquido

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

### Gastos de Financiamento

(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	Δ%
<b>Gastos Financiamento</b>	<b>1.542.969</b>	<b>926.167</b>	<b>67%</b>
Juros Emprestimos Bancários	786.875	659.466	19%
Juros Acordos Grupo	377.937	97.452	288%
Juros Descobertos Bancários	378.157	169.249	123%

O resultado líquido seguiu a tendência favorável do resultado operacional, tendo registado uma melhoria de 2 milhões de euros relativamente ao ano 2010, apesar do aumento de 67% dos gastos de financiamento, justificados pelo aumento substancial das taxas de juro e spreads associados aos financiamentos.

### Resultado Líquido

(euros)

	2011	2010 (reexpressado)	Δ%
Rendimentos Operacionais	79.721.232	86.467.045	-8%
Gastos Operacionais	79.476.940	88.933.477	-11%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>244.293</b>	<b>-2.466.431</b>	<b>110%</b>
<b>Gastos de Financiamento</b>	<b>1.542.969</b>	<b>926.167</b>	<b>67%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-1.341.031</b>	<b>-3.439.128</b>	<b>61%</b>

## Estrutura Patrimonial

### Evolução da estrutura patrimonial

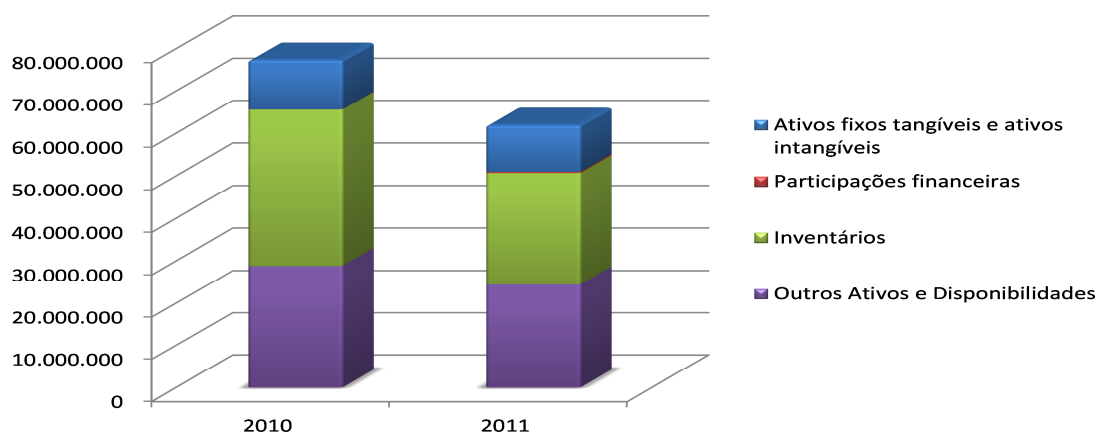
(euros)

Rubrica do Balanço	2011	2010	Δ €	Δ%
<b>Ativo</b>				
<b>Não corrente</b>	<b>11.230.013</b>	<b>11.780.132</b>	<b>-550.120</b>	<b>-5%</b>
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	10.959.314	11.749.152	-789.838	-7%
Participações financeiras	270.699	30.981	239.718	774%
<b>Corrente</b>	<b>50.704.409</b>	<b>65.576.896</b>	<b>-14.872.487</b>	<b>-23%</b>
Inventários	26.271.451	36.773.011	-10.501.561	-29%
Outros Ativos e Disponibilidades	24.432.959	28.803.885	-4.370.926	-15%
<b>Total do Ativo</b>	<b>61.934.422</b>	<b>77.357.028</b>	<b>-15.422.607</b>	<b>-20%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital</b>	<b>3.752.654</b>	<b>6.646.829</b>	<b>-2.894.175</b>	<b>-44%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-1.341.031</b>	<b>-3.439.128</b>	<b>2.098.097</b>	<b>61%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>6.783.559</b>	<b>16.187.111</b>	<b>-9.403.552</b>	<b>-58%</b>
Provisões	502.000	1.124.611	-622.612	-55%
Financiamentos obtidos	6.281.560	15.062.500	-8.780.940	-58%
<b>Passivo corrente</b>	<b>52.739.240</b>	<b>57.962.217</b>	<b>-5.222.976</b>	<b>-9%</b>
Acionistas/sócios	7.500.000	7.500.000	0	0%
Financiamentos obtidos	17.441.888	13.994.263	3.447.625	25%
Outros passivos	27.797.352	36.467.954	-8.670.601	-24%
<b>Total do Capital próprio e passivo</b>	<b>61.934.422</b>	<b>77.357.028</b>	<b>-15.422.607</b>	<b>-20%</b>

### Ativo

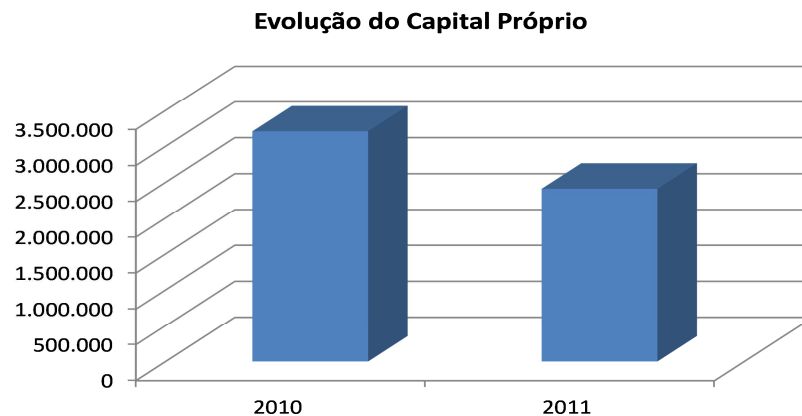
No final do exercício de 2011, o Ativo apresentava uma redução de 15,4 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente da diminuição do Ativo Corrente, justificada pela redução nas rubricas de Inventários (aumento do consumo de materiais para os vagões produzidos para a CP Carga) e Clientes (quebra na atividade e consequentemente na faturação a Clientes).

### Evolução e Estrutura do Ativo



## Capital Próprio

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2011 uma redução de 0,8 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:



As principais alterações ocorridas no Capital Próprio no exercício de 2010 derivam essencialmente de dois aspetos:

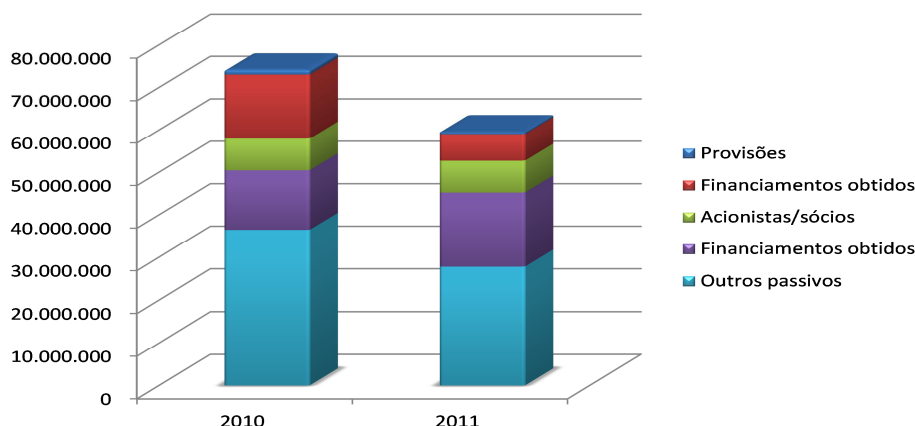
- Reexpressão do resultado líquido do ano 2010 que representou um agravamento de 1,2 milhões de euros
- Aumento das prestações acessórias de capital em 0,6 milhões de euros, destinadas a financiar o novo torno de fosso de Campolide.

## Passivo

Em termos de Passivo total, no final do exercício de 2011, verificou-se uma diminuição no valor de 14,6 milhões de euros. Esta evolução é explicada basicamente por dois efeitos:

- Redução do financiamento bancário (curto prazo e médio e longo prazo) em 5,3 milhões de euros a que corresponde a um decréscimo do endividamento bancário de 18%
- Redução substancial da rubrica adiantamentos de clientes em 10,3 milhões de euros, justificada pela diminuição dos adiantamentos do cliente CP Carga proporcionalmente aos vagões concluídos e entregues no ano 2011

### Evolução e Estrutura do Passivo



### Investimentos

O investimento realizado no exercício de 2011 ascendeu a 1 milhão de euros, valor que inclui apenas 15 mil euros de ativo fixo em curso no final do exercício.

O investimento mais relevante efetuado e concluído em 2011 foi a aquisição e instalação de um novo torno de fosso na manutenção de Campolide, no valor global de 867 mil euros. Este equipamento foi financiado pelo acionista através de prestações acessórias de capital.

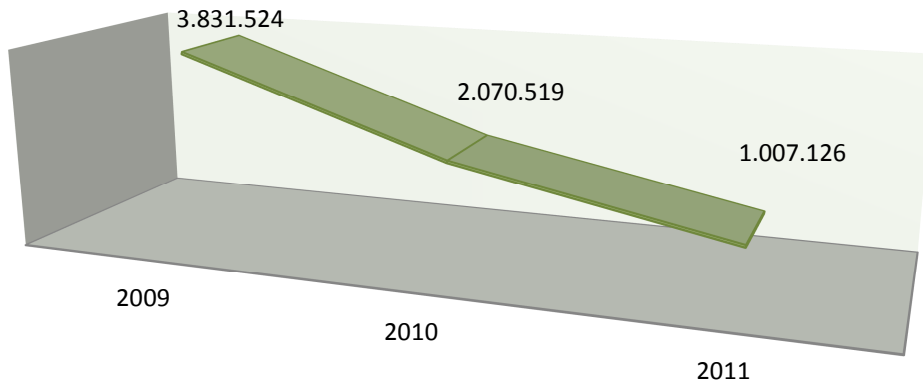
Foram ainda concluídos no ano 2011 os seguintes investimentos que transitaram em curso do ano anterior:

- Célula robotizada para soldadura por arco destinada ao Fabrico de Vagões
- Cabine de Pintura e Secagem destinada às UQE 3500 e CPA 4000.

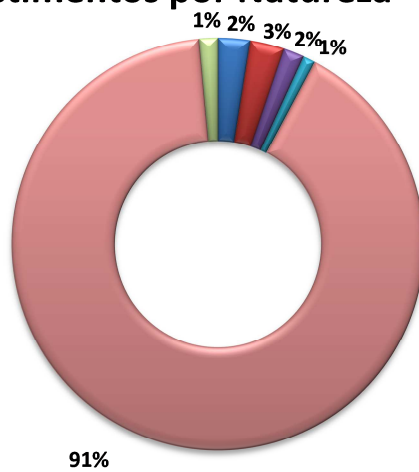
Relativamente ao ano 2010, o investimento sofreu uma redução na ordem dos 51%, concentrando-se basicamente em equipamento básico, como se pode constatar nos gráficos abaixo que ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2009 e a repartição do montante investido em 2011 por naturezas de bens do ativo da empresa.



## Evolução dos Investimentos



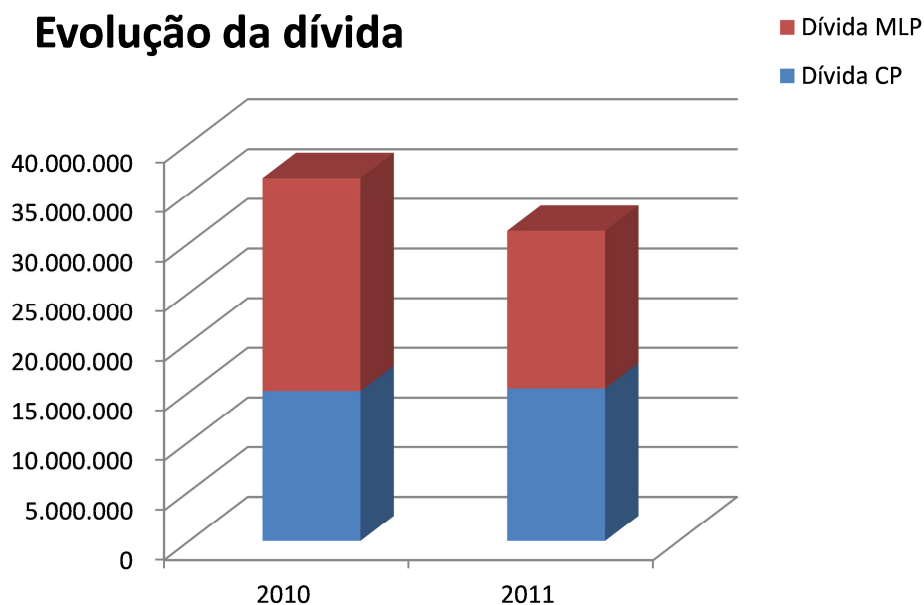
## Investimentos por Natureza



- Aparelhos de medida, ensaio e precisão, ambiente e segurança
- Equipamento Informático
- Equipamento Movimentação e Transporte
- Equipamentos Administrativos
- Outras Imobilizações
- Instalações e edifícios
- Equipamento Básico
- Imobilizado em Curso

### Recursos Financeiros – Evolução da dívida financeira

No final de 2011 verificou-se uma diminuição da dívida total em 5,3 milhões de euros face ao ano 2010, cuja repartição é a que se apresenta no gráfico abaixo:



Relativamente à estrutura da dívida, houve um ligeiro aumento da utilização de descobertos bancários (+4%) mas a empresa conseguiu proceder à amortização de 5,6 milhões de euros à banca, tendo mantido o valor de empréstimos do acionista.

## 5. Atividade Operacional

### Fabrico de vagões

- Em 2011 foi dada continuidade ao cumprimento dos dois contratos de fornecimento de vagões à CP Carga, envolvendo a produção de 300 unidades de bogies (Sgnss de 60 pés) e de 100 unidades de 2 eixos (Lgnss de 45 pés) no prazo de três anos.
- Foram entregues ao cliente, até ao final do ano, 140 vagões Sgnss de 60 pés e 60 vagões Lgnss de 45 pés. O final das entregas está previsto para abril de 2012.
- A EMEF concebeu o projeto e é detentora integral dos direitos, destes que são os primeiros vagões a nível europeu que respeitam integralmente a recente Especificação Técnica de Interoperabilidade.
- Foram definidos os manuais de manutenção destes vagões e foram formalmente entregues ao IMTT.
- A EMEF está a realizar Visitas Técnicas aos vagões em serviço de modo que todos vagões tenham uma VO feita ao fim de um ano de serviço.

### Comboios históricos

#### *Reabilitação do Comboio Presidencial*

Foi dada continuidade ao restauro/reparação do comboio Presidencial ao abrigo do contrato celebrado com a Fundação do Museu Ferroviário para assim rentabilizar o know-how e a mão-de-obra existentes, sendo esta atividade uma mais-valia na promoção da imagem da EMEF para outros mercados específicos.

#### *Manutenção da Locomotiva a vapor 0186 e composição histórica*

A empresa possibilitou a realização da campanha de comboios a vapor 2011 com zero acidentes e zero incidentes de sua responsabilidade. A composição esteve disponível em todos os serviços contratualizados.

#### *Restauro/reparação do comboio Fiat (Foguete)*

Aguarda-se que a Fundação Nacional do Museu Ferroviário responda à proposta de trabalhos (orçamento/caderno de encargos) para restauro/reparação do comboio Fiat (Foguete).

## Inovação e Desenvolvimento

Conforme já explanado no presente documento nesta vertente a empresa tem vindo a incrementar a sua atuação sendo de destacar os seguintes projetos:

**Projetos Financiados: Europeus e Nacionais** – São sete os projetos europeus e nacionais ao abrigo do Sétimo Programa Quadro - FP7 (fundos europeus, projetos Saferail, Interail, CargoVibes, Secur-ed), QREN (Intrain, SIEF) e FCT (fundos nacionais, projetos LightTrain, Wearwheel) que consistem em incentivos a projetos de Investigação e Desenvolvimento, com forte ligação à indústria.

**Cooperação e Realização de protótipos industriais**, para projetos de Inovação ferroviária com Universidades Portuguesas e Fabricantes de Material Ferroviário.

**Projetos com conceção e fabrico de hardware**, em interligação entre Instituto Superior Técnico, ISQ, REFER, BRISA, destinados a segurança da circulação do material e infraestrutura, infotainment a bordo, soluções para interiores de veículos ferroviários, formação em dinâmica ferroviária, via verde ferroviária, bogie inteligente, rastreio de vagões, manutenção sob condição remota, eficiência energética e ecodriving).

**Investigação em eletrónica de potência com aplicação ferroviária** – Foi consolidado o know-how tecnológico da EMEF, no nível de intervenção adequada na eletrónica de potência do material circulante, através do acesso a tecnologia de ponta, que permitiram à EMEF responder com sucesso às avarias em sobresselentes estratégicos de tração – módulos de GTO - das frotas 5600 (SIMEF), série 2300 da linha de Sintra, série 3150 da linha de Cascais e Alfa Pendular (i). Desenvolvido, instalado e colocado em funcionamento, o novo banco de ensaios de eletrónica de potência no Pólo de inovação ferroviária da Amadora, destinado à investigação de produtos comerciais de alto valor acrescentado na área da eletrónica de potência e acionamentos a IGBTs, em estreita cooperação Faculdade de Engenharia do Porto e Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, sob o acompanhamento da Engenharia da CP (ii).

**Manutenção Centrada na Fiabilidade/Condição** – Em parceria com a empresa tecnológica britânica NOMAD, a EMEF ganhou o concurso para fornecimento de sistema de telemanutenção ferroviário (projeto EMEF) com recurso a manutenção sob condição ao operador britânico Northern Rail.

**Projeto com fabricante Hitachi** – Implementação de um sistema que permita efetuar a transmissão de dados do sistema de controlo central dos comboios do fabricante japonês Hitachi a efetuar em país europeu. A EMEF irá no decorrer do ano de 2012 dar suporte remoto a este projeto.

**Telecontagem de Energia em Comboios, Framework UIC – EN 504** – Desenvolvimento de solução nacional a embarcar em material circulante para a contagem de energia e gestão remota de consumos incluindo faturas inter-fronteiras para cliente europeu.

**Futuros Projetos** – Em análise estão diversos projetos relacionados com as áreas de manutenção sob condição remota (CBM) e Eficiência Energética para diversas entidades da Bélgica, Noruega, Canadá, Holanda, Reino Unido e Espanha.

## **Reparação**

A atividade desenvolvida em 2011 sofreu uma redução significativa por falta de encomendas, o que se refletiu negativamente nos resultados deste segmento de negócio, conforme abordado anteriormente. Não são alheios à situação a redução de quilómetros percorridos e o encerramento de algumas linhas férreas por quebra de procura de transporte ferroviário.

### **Material Motor**

Foram realizados R2 UQE's 3500 e 2300 em número abaixo ao inicialmente planificado, por constrangimentos económicos já enunciados. Nas locomotivas LE 5600 apenas foi realizado um R3.

Quanto ao plano das consistências LP aos CPAS 4000 em 5, apenas um ficou por realizar por alteração de consistência de reparação de bogies que passaram a RG.

Por falta de quilometragem não foram realizadas consistências V1 nas LD 1400 e ficou incompleto o plano para as UTE's 2240. Somente as V1 realizadas nas LD 1550 excederam o planificado (realizada mais uma por excesso de quilometragem).

O programa para as intervenções R3 nas Allan 350 foi reduzido a metade do inicialmente previsto por conveniência do cliente.

Na série 592 RENFE foram efetuados trabalhos semelhantes aos de uma intervenção R2 e ainda um conjunto extenso de modificações.

Manteve-se a consistência do R2 da série UDD450, gorando-se as expetativas de uma maior carga produtiva.

Nas UDD 459 e 461 foram efetuadas diversas adaptações, centradas numa alteração de imagem e conforto para os passageiros.

Nas UME's 3400 procedeu-se à impermeabilização dos respetivos tejadilhos.

Nas séries de material motor – 1150, 1550 e 1960 – não foram realizados quaisquer trabalhos de consistência R. Nas séries 1400 realizou-se somente um trabalho MOD06 e na série 1900/30 efetuaram-se 4 R. Em trabalhos de RAV e MOD foram realizadas 41 intervenções repartidas pela referida frota.

### ***Material rebocado de passageiros e de mercadorias***

#### ***Passageiros***

A realização do programa de reparações de material rebocado de passageiros, seguiu em linha com a do ano anterior, cumprindo-se o programa anual de manutenção preventiva e corretiva, embora, pontualmente se tenham registado alguns desvios negativos não muito relevantes ao nível operacional e económico, porque foram atenuados os seus efeitos pela redução de efetivo.

#### ***Mercadorias***

A atividade de reparação de material rebocado de mercadorias seguiu o comportamento e condições de execução similares ao observado para o de passageiros.

#### ***Reparação de material de Via***

Também a realização de trabalhos neste material seguiu o mesmo padrão que o verificado no restante material rebocado.

### **Manutenção**

Deste segmento de atividade foram retiradas em maio as locomotivas das séries 5600 e 4700 que transitaram para o SIMEF, em regime contratual de manutenção integral.

Também a manutenção da série de locomotivas 2600 foi perdida por paragem de serviço.

### ***Manutenção em material de alta velocidade***

Para obter vantagens da partilha de saber, de experiências e de soluções na área da manutenção e reparação de pendulares a empresa passou a participar num grupo internacional de trabalho constituído por membros dos CD (caminhos de ferro checos), dos VR (caminhos de ferro finlandeses), dos SBB (caminhos de ferro Suíços).

### ***CPA 4000 - Alfa pendular***

Conseguiu-se, em 2011, uma continuada disponibilidade média nos picos diários superior a 9 comboios, num total de 10, mantendo excelentes níveis de segurança, de fiabilidade e de conforto, com praticamente todos os pendulares a ultrapassarem a barreira dos 3.000.000 Kms.

Para além do cumprimento dos planos de manutenção preventiva e dos de manutenção corretiva, foram levadas a cabo várias ações relacionadas com a segurança de circulação e encontram-se em curso vários projetos de melhoria desta série, para maior fiabilidade, segurança, aumento da vida útil e redução de gastos de manutenção, especialmente dos materiais.

### ***ETR 470 – Frota da SBB-CFF-FFS***

No âmbito da manutenção desta série, deu-se continuação à colaboração com os Caminhos de Ferro Federais Suíços SBB-CFF-FFS e aguarda-se resultado de propostas para a reparação de peças.

### ***Manutenção da frota Eurotram da operadora Metro do Porto***

Os objetivos definidos para cada um dos indicadores avaliadores do cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva desta frota foram cabalmente cumpridos.

A concretização da expansão da rede do Metro do Porto a Gondomar, ocorrida no final de 2010, veio proporcionar um aumento de aproximadamente 15% na produção quilométrica da frota Eurotram no primeiro semestre de 2011 quando comparado com o segundo semestre de 2010, o que proporcionou um ligeiro incremento do número de intervenções, comparativamente com o ano anterior.

No âmbito da Revisão Geral de 480.000 km, intervieram-se 11 veículos restando 6 unidades por intervierem no universo de 72.

### ***Manutenção de Automotoras Eléctricas***

#### ***Automotoras Eléctricas UME3400***

Houve uma diminuição dos quilómetros percorridos em 2011 em relação a 2010, que se manifestou na diminuição de intervenções de manutenção preventiva. Já ao nível da manutenção corretiva registou-se um aumento.

#### ***Automotoras Eléctricas UTE2240***

Houve uma diminuição de aproximadamente 50% dos quilómetros percorridos em 2011 em relação a 2010, motivada pelo fim da exploração da linha de Leixões, diminuição da oferta de serviços feitos nas restantes linhas e pelas greves no Setor Ferroviário. A redução da sua utilização levou à diminuição das intervenções de manutenção preventiva e corretiva.

#### ***Unidades quádruplas eléctricas UQE 2300/2400 e 3500***

O programa de manutenção preventiva e de manutenção corretiva destas frotas foram integralmente cumpridos.

#### ***Unidades Triplas Eléctricas UTE 3150/ Unidades Quádruplas eléctricas UQE 3250***

Também a programação das manutenções foi integralmente realizada.

#### ***Manutenção de material Diesel***

Nas séries de material Diesel, distribuídas pelos parques oficiais do norte e do sul, com carga de trabalho mais expressiva – 350, 450, 600,1400, 1550, 1900, 1960 e 9630 – os programas de manutenção foram cumpridos.



## **Atividades de Suporte**

### ***Contratação pública - Código dos Contratos Públicos***

A introdução do regime de contratação pública foi um trabalho realizado quase totalmente com recursos internos constituídos em equipa multidisciplinar, tendo sido concluída a sua implementação e entrada em funcionamento em maio. Apesar de dificuldades de adesão à Plataforma Eletrónica de Compras Públicas, por parte de Fornecedores Estrangeiros, especialmente dos que fornecem em regime de exclusividade, tem sido possível a contratação, nos termos legais, encontrando-se registados na referida plataforma 1997 ajustes diretos, no valor de 4,7M€ e 3 concursos públicos, no valor de 0,6M€ até final de 2011.

### ***Projeto de nomenclaturas de materiais***

Foi dada continuidade ao projeto de nomenclaturas que em muito tem contribuído para uma mais eficaz gestão de armazéns e de apoio à produção. O trabalho em curso foi iniciado em exercícios anteriores e analisa cada item de armazém (mais de 20.000) que é validado segundo a estrutura de identificação de materiais em vigor, tendo permitido, reduzir o número de itens em armazém para o mesmo material, eliminar nomenclaturas de materiais não utilizados, promovendo os respetivos abates em termos económicos e fiscais, classificar nomenclaturas provisórias em definitivas ou eliminá-las por redundância, facilitar a procura de materiais alternativos mais económicos, entre outras vantagens de racionalidade. Em 2011 foram abatidas 1130 nomenclaturas e preparou-se um novo abate de 285 respeitantes a materiais.

### ***Gestão de Rotáveis***

Deu-se início à implementação do contrato com a CP para gestão de peças dos CPA4000 de sua propriedade e consignadas na EMEF. Este processo estender-se-á a outras séries, para eliminação de áreas redundantes na relação operacional entre cliente e prestador de serviços.

### ***Área Comercial, Comunicação e Imagem***

Em termos nacionais, prosseguiu a prospeção de novos clientes, tendo-se concretizado, já no início de 2012, uma encomenda para fabrico de protótipos para a Metropolitano de Lisboa.

A nível externo idêntico esforço foi realizado tendo sido apresentadas várias propostas para prestação de serviços à SBB suíça e para os PALOP, nomeadamente Angola, Moçambique e Brasil.

Foi criado e divulgado o Catálogo EMEF em português e inglês, disponível no sítio da empresa na Internet, contendo toda a panóplia de serviços prestados pela EMEF, desde os mais convencionais em termos de manutenção e reparação de material circulante, até aos de mais avançada engenharia e tecnologia ferroviária.

Outros meios de divulgação e de reforço da imagem e comunicação da empresa junto do mercado, das entidades especializadas e dos trabalhadores foram, criadas, melhoradas ou ampliadas, salientando-se:

- Atualização do Website EMEF, difundido em português e Inglês;
- Melhoria da Intranet da empresa;
- Newsletter EMEF on line informativa com o intuito de divulgar novidades, projetos e preocupações da empresa.
- EMEF Digital com o objetivo de manter presença regular no quotidiano interno, gerando notícias, que contribuam para o conhecimento e aumento de notoriedade da empresa;
- Ligação a Sites Nacionais e Internacionais – Railway Technology / InnoTrans Entry.

#### ***Auditoria Interna e Gestão do Risco***

Foi dada continuidade à avaliação sistemática das atividades, unidades orgânicas e processos de trabalho, e na produção de recomendações para o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão dessas unidades e processos transversais da empresa destacando-se os seguintes trabalhos:

- Auditoria aos processos de investimentos realizados na EMEF, durante os períodos de 2009 e 2010 com base numa amostragem de investimentos, para se avaliar a sua fidedignidade e extensão.
- Auditoria ao sistema de custeio interno do POC, para avaliação da fiabilidade do sistema, com base na análise de uma amostra de imputações realizadas.

- Acompanhamento de várias operações internas, de algumas unidades orgânicas, com impacto na contabilidade da empresa, tendo por objetivo verificar se as mesmas foram executadas de acordo com a legislação e os normativos internos instituídos.
- A gestão do risco incidiu sobre o levantamento e análise dos riscos aos vários processos de produção, desenvolvidos em todo o Parque Oficial do Sul.
- Análise dos riscos aos vários processos de produção desenvolvidos no Parque Oficial do Centro, estando o trabalho ainda a decorrer.

### ***Jurídica e de Contencioso***

Para além das ações associadas à vertente jurídica e de contencioso comuns a qualquer sociedade comercial, foi assegurada pelos profissionais desta área:

- A formação interna em matéria de contratação pública, os procedimentos e regulamentos associados ao novo modelo de aquisições e utilização da plataforma eletrónica;
- A toda a contratação é prestado o apoio jurídico adequado, com particular incidência em contratação de prestação de serviços de manutenção a prestar pela EMEF, salientando-se o novo modelo de contrato quadro para a manutenção integral da frota do operador CP;
- O acompanhamento do processo que segue termos junto do TC de Londres, relativo ao cartel “escovas de Carvão”, vulgo “Processo Londres”, que em 2011 requereu aturadas diligências;
- Resolução de diversos processos de cobrança de créditos quer pela via comercial quer pela via contenciosa;
- Intervenção em diversos processos de natureza penal, mormente em processos-crime relativos a furtos ocorridos nas instalações da EMEF.

### ***Sistemas de informação***

Em termos de trabalhos sistemáticos continuou-se a gestão dos sistemas de informação da empresa garantindo a sua segurança, fiabilidade e disponibilidade e consolidando a informação de negócio segundo as políticas em vigor na empresa com particular incidência na:

- Gestão da infraestrutura de dados e o parque informático da EMEF;
- Gestão da rede e equipamentos de voz da Empresa;
- Disponibilização de soluções numa ótica de otimização dos recursos técnicos e económicos disponíveis;
- Gestão dos equipamentos e dos programas de ensaio de Material Circulante e a gestão e administração dos perfis do portal técnico INFOTEC;
- Segregação total da rede EMEF das restantes redes ferroviárias e a inibição de ligação ao domínio EMEF de computadores não autorizados;
- Conclusão da implementação do projeto de segurança da rede de dados (firewalls), ficando assim concretizadas todas as oportunidades de melhoria e pontos críticos identificados na auditoria anteriormente efetuada.

### ***Gestão de Obras e Património***

Foi assegurada a gestão de vários contratos, conseguindo-se renegociar em baixa as condições de preço, de que se evidenciam:

- Vigilância humana, encontrando-se iniciado o procedimento para contratação de um único prestador para todo o espaço geográfico da empresa;
- Manutenção geral do sistema de AVAC – SC;
- Técnico responsável de exploração das instalações da Amadora, assessoria técnica no POC;
- Manutenção de Espaços verdes SC.

Os trabalhos prévios para contratação de novo fornecedor de energia elétrica foram realizados, decorrendo presentemente o concurso público internacional para apresentação de propostas.

Elaboraram-se vários estudos e projetos de engenharia civil para adaptação de instalações oficiais da empresa, mormente as sitas no Poceirão e, foram realizadas várias empreitadas de reabilitação oficial.

## 6. Perspetivas para o futuro

A EMEF, com a redução de circulações ferroviárias e a redução de quilómetros a percorrer, exercerá a sua atividade em contexto de redução da procura de prestação de serviços de manutenção e de reparação de material circulante ferroviário, estimando-se que o seu volume de negócios se posicione entre os 50 e os 60 milhões de euros anuais. Para estes níveis de prestação de serviços há que continuar a ajustar os seus meios de produção.

As alterações estruturais para o transporte ferroviário de mercadorias previstas no Plano Estratégico para os Transportes não impactam positivamente na conjuntura produtiva da EMEF e a sua privatização poderá trazer implicações na manutenção e reparação do material circulante rebocado de mercadorias.

Não podendo a EMEF prever com razoável confiança o impacto das medidas previstas no seu volume de negócios, nos próximos exercícios, mais exigente será no redimensionamento dos seus meios produtivos.

Terminado o contrato de construção de vagões a empresa prevê que o volume de negócios resulte apenas da atividade de manutenção e de reparação.

Sendo muito aleatórias as encomendas para o fabrico de vagões, e sendo a sua gestão operacional realizada na ótica de projeto, justificando-se a sua produção apenas em caso de fabricos com resultado final esperado positivo, por não existir qualquer concatenação com o serviço público, nas contas previsionais de 2012 e seguintes este segmento não foi previsto.

Para que os níveis de desempenho global se mantenham em 2012 ao nível de 2011 ou ainda mais expressivos, conta-se prosseguir na reorganização oficial, anteriormente mencionada, e na redução de efetivo.

As encomendas realizadas nas áreas de reabilitação e recuperação de material circulante ferroviário têm acontecido, quer para o mercado interno, quer para o mercado externo. Têm um ciclo económico plurianual e, não são sistemáticas, mas pontuais. Nos próximos exercícios não foram previstas encomendas deste tipo, dado o contexto económico nacional e internacional.

## **7. Proposta de aplicação dos resultados**

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho de Administração propõe que os Resultados Líquidos negativos do Exercício de 2011, no valor de 1.341.031€ sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

## **8. Factos relevantes após o termo do exercício**

Não são conhecidos factos relevantes, após o termo do exercício que possam impactar nos resultados.

Lisboa, 30 de março de 2012

**O Conselho de Administração**

**Presidente**

Alfredo Vicente Pereira

**Vogal**

Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins

**Vogal**

José Manuel Sancho Pontes Correia

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS





## Índice

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>67</b>
<b>BALANÇO .....</b>	<b>67</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>69</b>
<b>MAPA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO .....</b>	<b>70</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>73</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....</b>	<b>73</b>
<b>2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>74</b>
2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO .....	74
2.2. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC .....	75
2.3. CONTEÚDOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NÃO COMPARÁVEIS COM O PERÍODO ANTERIOR.....	75
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....</b>	<b>75</b>
3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	75
3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES.....	76
3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	89
3.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO .....	92
3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS.....	92
<b>4. FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>93</b>
<b>5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS E REEXPRESSÕES EFETUADAS .....</b>	<b>94</b>
<b>6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....</b>	<b>96</b>
<b>7. ATIVOS INTANGÍVEIS.....</b>	<b>98</b>
<b>8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL .....</b>	<b>99</b>
<b>9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS.....</b>	<b>100</b>
<b>10. INVENTÁRIOS.....</b>	<b>101</b>
<b>11. CLIENTES .....</b>	<b>103</b>
<b>12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....</b>	<b>105</b>
<b>13. OUTRAS CONTAS A RECEBER.....</b>	<b>107</b>





14.	DIFERIMENTOS.....	108
15.	CAPITAL REALIZADO.....	110
16.	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO.....	110
17.	RESERVAS LEGAIS.....	110
18.	OUTRAS RESERVAS.....	111
19.	RESULTADOS TRANSITADOS.....	111
20.	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS.....	112
21.	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO.....	112
22.	PROVISÕES.....	113
23.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	114
24.	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	115
25.	FORNECEDORES.....	116
26.	ADIANTAMENTO DE CLIENTES.....	117
27.	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	118
28.	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	119
29.	GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS.....	120
30.	VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO.....	121
31.	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE.....	121
32.	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	122
33.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	123
34.	GASTOS COM PESSOAL.....	124
35.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	125
36.	OUTROS GASTOS E PERDAS.....	126
37.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO.....	127
38.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS.....	127
39.	LOCAÇÕES OPERACIONAIS.....	128
40.	PARTES RELACIONADAS.....	129



---

41.	ACIONISTAS/SÓCIOS .....	130
42.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO .....	131
43.	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA .....	132
44.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES .....	132
45.	GARANTIAS BANCÁRIAS .....	133
46.	MATÉRIAS AMBIENTAIS .....	133
47.	CONTINGÊNCIAS .....	136
48.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	137



## Demonstrações Financeiras

### Balanço

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.  
Balanço em 31 de dezembro de 2011

	Notas	2011	2010 (Reexpresso)
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	10.938.694	11.727.197
Ativos intangíveis	7	20.620	21.955
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	270.699	30.981
Participações financeiras - outros métodos	9	-	-
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>11.230.013</b>	<b>11.780.132</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	26.271.451	36.773.011
Clientes	11	16.332.876	23.457.894
Adiantamentos a fornecedores	44	105.938	-
Estado e outros entes públicos	12	-	-
Outras contas a receber	13	7.770.613	4.911.657
Diferimentos	14	124.057	247.035
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda	43	-	94.113
Caixa e depósitos bancários	4	99.475	93.185
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>50.704.409</b>	<b>65.576.896</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>61.934.422</b>	<b>77.357.028</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	15	8.100.000	8.100.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	7.661.205	7.107.505
Reservas legais	17	95.506	95.506
Outras reservas	18	617.458	617.458
Resultados transitados	19	(12.721.516)	(9.282.388)
Ajustamentos em ativos financeiros	20	-	8.747
Excedentes de revalorização	21	-	-
<b>Resultado líquido</b>		<b>(1.341.031)</b>	<b>(3.439.128)</b>
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.411.622</b>	<b>3.207.701</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	502.000	1.124.611
Financiamentos obtidos	23	6.281.560	15.062.500
<b>Total de passivo não corrente</b>		<b>6.783.559</b>	<b>16.187.111</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	25	12.275.461	10.744.693
Adiantamentos de clientes	26	1.223.614	11.574.175
Estado e outros entes públicos	12	3.455.126	3.867.538
Acionistas/sócios	41	7.500.000	7.500.000
Financiamentos obtidos	23	17.441.888	13.994.263
Outras contas a pagar	24	5.776.877	7.917.702
Diferimentos	14	5.066.274	2.363.846
<b>Total de passivo corrente</b>		<b>52.739.240</b>	<b>57.962.217</b>
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>59.522.800</b>	<b>74.149.328</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>61.934.422</b>	<b>77.357.028</b>



O Conselho de Administração

Diretora Financeira

Presidente:

Dra. Cristina Maria Alves Ribeiro

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Técnico Oficial de Contas

Vogal:

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Dra. Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins

Vogal:

Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia



## Demonstração de Resultados

*Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2011*  
*Período findo em 31 de dezembro de 2011*

	Notas	2011	2010 (Reexpresso)
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	27	76.038.514	82.768.040
Subsídios à exploração	28	103.344	21.281
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	237.343	(135.585)
Variação nos inventários de produção	30	(815.799)	1.519.836
Trabalhos para a própria entidade	31	23.039	77.234
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(28.323.287)	(30.387.908)
Fornecimento e serviços externos	33	(11.217.336)	(13.829.515)
Gastos com o pessoal	34	(35.790.551)	(40.054.538)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(50.505)	(1.142.986)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(53.077)	(60.354)
Provisões (aumentos/reduções)	22	622.612	(218.495)
Outros rendimentos e ganhos	35	2.516.112	1.827.039
Outros gastos e perdas	36	(1.371.651)	(1.066.395)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.918.756</b>	<b>(682.346)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	(1.674.464)	(1.784.085)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>244.293</b>	<b>(2.466.431)</b>
Juros e gastos similares suportados	38	(1.542.969)	(926.167)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>(1.298.677)</b>	<b>(3.392.599)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	42	(42.355)	(46.530)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(1.341.031)</b>	<b>(3.439.128)</b>

O Conselho de Administração

Diretora Financeira

Presidente:

Dra. Cristina Maria Alves Ribeiro

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Técnico Oficial de Contas

Vogal:

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Dra. Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins

Vogal:

Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia

## Mapa das Alterações do Capital Próprio

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.  
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2010 (Reexpresso)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesse minoritário
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010</b>	1	8.100.000	-	6.949.305	-	-	95.506	617.458	(6.602.190)	8.747	-	-	(680.197)	6.488.629	-	6.488.629
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adoção do referencial contábilístico																
Alterações de políticas contábilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	21															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos	2.4								(680.197)				680.197			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
<b>Total das alterações no período</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	(680.197)	-	-	-	680.197	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3															
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3															
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>																
Realizações de capital																
Realizações de prêmios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	16			158.200											158.200	
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	5			158.200											158.200	
<b>Posição no final do período 2010</b>	6=1+2+3+4+5	8.100.000	-	7.107.505	-	-	95.506	617.458	(6.282.388)	8.747	-	-	(3.439.128)	3.207.701	-	3.207.701

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.  
 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2011

DESCRICO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização		Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse minoritários	
<b>POSICAO NO INICIO DO PERÍODO 2011</b>	<b>1</b>	8.100.000	-	7.107.505	-	617.458	95.506	-	(3.439.128)	8.747	-	(3.439.128)	-	-	3.439.128	3.207.701	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																	
Primeira adoção do referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	21																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	2.4																
Ajustamentos por impactos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
<b>Total das alterações no período</b>	<b>2</b>	-	-	-	-	-	-	-	(8.747)	-	(3.439.128)	(8.747)	-	-	3.439.128	(8.747)	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>																
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>																
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações	16			553.700												553.700	
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	<b>5</b>	-	-	553.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	553.700	-
<b>Posição no final do período 2011</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	8.100.000	-	7.661.205	-	617.458	95.506	-	(12.721.516)	-	(1.341.031)	(1.341.031)	-	-	2.098.097	2.411.622	-

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31-12-2011	31-12-2010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	95.164.697	101.700.215
Pagamentos a fornecedores	(37.945.588)	(53.637.393)
Pagamentos ao pessoal	(38.406.130)	(40.233.506)
Caixa gerada pelas operações	<b>18.812.979</b>	<b>7.829.316</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	(11.757.370)	(10.657.027)
	<b>(11.757.370)</b>	<b>(10.657.027)</b>
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<b>7.055.609</b>	<b>(2.827.711)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Investimentos Financeiros	94.124	
Juros e rendimentos similares	3	
Dividendos		
	<b>94.127</b>	<b>-</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(1.256.316)	(2.094.623)
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
	<b>(1.256.316)</b>	<b>(2.094.623)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>(1.162.189)</b>	<b>(2.094.623)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	8.898.326	8.258.406
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	553.700	158.200
	<b>9.452.026</b>	<b>8.416.606</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(14.231.641)	(2.680.000)
Juros e gastos similares	(1.108.817)	(833.955)
Outras operações de financiamento		
	<b>(15.340.459)</b>	<b>(3.513.955)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<b>(5.888.433)</b>	<b>4.902.650</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>4.987</b>	<b>(19.684)</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>	<b>1.303</b>	<b>(506)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>93.185</b>	<b>113.375</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>99.475</b>	<b>93.185</b>



## Anexo

### 1. Identificação da entidade

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. Possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em dezembro de 2011 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF Internacional S.A, na qual detém 95% do seu capital social. Esta sociedade tem por objeto social o fabrico, reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, navios e autocarros, engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte, estudo, manutenção e construção de instalações industriais e infraestruturas ferroviárias, gestão industrial e atividades acessórias, desenvolvidas em Portugal ou no estrangeiro;
- b) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com a expressão dos respetivos montantes em Euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2011 e na informação financeira

comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2010.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de julho.

## **2.2. Derrogações das disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devam ser transmitidas aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## **2.3. Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

# **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

## **3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir

das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

#### a) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos. Inclui ainda custos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

## ***b) Ativos intangíveis***

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

### ***Ativos intangíveis com vida útil finita***

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

### ***Aquisição e desenvolvimento de Software***

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos programas de computador são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 8

## ***c) Locações***

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se a locadora transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo;
- Locação operacional, nas situações em que tal não se verifique.

### ***Locações operacionais***

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### ***d) Participações financeiras***

##### ***Investimentos em subsidiárias***

As participações financeiras em subsidiárias em que a EMEF exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a EMEF assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais, até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto, ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária ou associada igualar ou exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

##### ***Investimentos em associadas***

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que é usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

#### ***Entidades conjuntamente controladas***

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou, até à data em que este cesse, são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

O montante registado em 2011 corresponde ao resultado proporcional à participação que a EMEF detém no ACE (51%).

#### ***e) Inventários***

Os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

A empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### ***Matérias-primas, subsidiárias e de consumo***

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

### ***Produtos e trabalhos em curso***

Encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

### ***Produto acabado***

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.



#### ***f) Contas a receber***

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

#### ***g) Caixa e equivalentes de caixa***

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### ***h) Transações em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira, foram as seguintes:

Moeda	Taxa de câmbio	
	2011	2010
Dólar / US - USD	1,2939	1,3282
Libra esterlina - GBP	0,8353	0,8556

***i) Capitalização de custos com empréstimos***

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período, em que ocorrem não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

***j) Provisões***

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- Provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado;
- As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.
- A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

***Provisões para processos judiciais em curso***

A EMEF regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe probabilidade de que venham a ocorrer exfluxos económicos da empresa. O montante corresponde ao valor presente, estimado das responsabilidades.

***k) Ativos e passivos contingentes***

A EMEF não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros seja exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a EMEF divulga o respetivo passivo contingente.

#### ***l) Reconhecimento de gastos e rendimentos***

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados.

#### ***m) Reconhecimento do Rédito***

Os créditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### ***Venda de bens***

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

#### ***Contratos de construção***

No reconhecimento e mensuração do rédito associado ao fabrico de vagões em curso, a empresa tem em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção.

Quando o desfecho de um contrato de construção for fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção são reconhecidos como rédito e gastos, respetivamente, com referência à fase de acabamento da atividade do contrato à data do balanço. Pelo método da percentagem de acabamento, o rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado. Qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre os réditos totais do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos

do contrato incorridos serão recuperáveis, sendo os custos do contrato reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos. Se o desfecho do contrato não puder ser fiavelmente estimado, nenhum lucro é reconhecido. Qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre o rédito total do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

No apuramento da fase de acabamento de um contrato, a empresa usa o método que mensure com fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, os métodos podem incluir: (a) a proporção em que os custos do contrato incorridos no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato; (b) levantamentos do trabalho executado; e (c) conclusão de uma proporção física do trabalho contratado.

Para a determinação da percentagem de acabamento, considerou-se como unidade de medida o vagão, i.e., o fabrico completo de vagão.

No caso de um contrato de preço fixado, o desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato possam ser comparados com estimativas anteriores.

No caso de um contrato de “*cost plus*”, o desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente mensurado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade; e
- Os custos do contrato atribuíveis ao contrato, quer sejam ou não reembolsáveis, possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados.

### ***Prestação de serviços***

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os custos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, foi adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação era fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Para as situações em que as condições para consideração do desfecho da transação como fiavelmente estimado não eram cumulativamente satisfeitas, a Empresa procedeu ao reconhecimento do gasto incorrido, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que os custos incorridos fossem recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

#### ***n) Gastos/Rendimentos de financiamentos***

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### ***o) Instrumentos financeiros***

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

#### ***Imparidade***

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

#### ***p) Impostos sobre o rendimento do período***

A EMEF encontra-se inserida no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

O imposto sobre o rendimento registado em resultados, inclui apenas o efeito dos impostos correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais daquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

#### ***q) Acontecimentos após a data de balanço***

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 48.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de março de 2012, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão.



Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

***r) Ativos não correntes detidos para venda***

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A Entidade também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **3.3. Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem a realização de estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração

considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

### ***Provisões***

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

### ***Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores***

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pela EMEF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### ***Reconhecimento do rédito***

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação como fiavelmente estimado, o que lhe permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação como fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, a Empresa afere em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que se serão prováveis que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Relativamente ao exercício de 2010, e às situações em que o desfecho de transação não se encontrava fiavelmente estimado, a EMEF considerou não existirem indicadores que evidenciassem a recuperação dos custos incorridos.

#### ***Perdas por imparidade - inventários***

A empresa na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplica diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários.

Tais pressupostos/critérios assumidos encontram-se apresentados na nota 10.

#### ***Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Não são calculados ativos por impostos diferidos por não se perspetivar a sua recuperabilidade.

### **3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração situações que coloquem em causa a continuidade da empresa. De igual modo o órgão de gestão não recebeu até esta data qualquer orientação do Acionista que ponha em causa a continuidade das operações no futuro previsível. Sublinha-se ainda a importância da EMEF como entidade única capaz de prestar os serviços de manutenção e reparação do material circulante ferroviário e, deste modo de suportar a operação de transporte ferroviário nacional de manifesto interesse público.

É de salientar que as operações estão asseguradas por via da manutenção das linhas de crédito existentes e pela continuidade do apoio financeiro do acionista.

Deste modo, o Conselho de Administração, considerando os fatores acima descritos, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade.

### **3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3 – Principais Estimativas e Julgamentos.

## 4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2011, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Caixa</b>		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul - Barreiro	500	500
Manut. Figueira da Foz		500
Parq. Ofici. Sul - Lisboa	300	500
	<b>2.300</b>	<b>3.000</b>
<b>Depósitos à Ordem</b>		
Banco Espirito Santo	88.214	77.557
BCP - Parq. Ofici. Sul	1.134	431
BCP - Parq. Ofici. Entroncamento	716	1.205
BCP - Manut. Figueira da Foz	1.023	839
BCP - Parq. Ofici. Norte	15	46
BCP - Manut. Lisboa		1.160
BCP - Serviços Centrais	732	995
Caixa Geral de Depósitos	5.338	7.950
Crédito Agrícola	3	2
	<b>97.175</b>	<b>90.185</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>99.475</b>	<b>93.185</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros e reexpressões efetuadas

A EMEF efetuou a reexpressão retrospectiva de alguns valores nas demonstrações financeiras de 2010, nomeadamente no Balanço, na Demonstração de Resultados e na Demonstração das Alterações do Capital Próprio conforme se indica:

- I. Diminuição do Resultado Líquido do exercício de 2010, pelo facto de não ter procedido à revisão de preços dos contratos de fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés (ainda em curso à data de encerramento de contas) e de 100 vagões de 45 pés (este concluído em julho de 2011) com o seu cliente CP Carga.

O impacto resultante da cláusula de revisão de preços dos referidos contratos é muito penalizador para a EMEF, uma vez que os índices utilizados na fórmula de revisão de preços têm estado em queda em relação à data base do contrato, nomeadamente os índices do custo de chapa de aço macio, do custo do gasóleo e do custo de perfilados pesados e ligeiros.

A reexpressão efetuada inclui os seguintes impactos:

1. Aumento na rubrica de outras contas a pagar no montante 1.214.338 euros;
  2. Diminuição do resultado líquido do exercício de 2010 no mesmo montante.
- II. Anulação do montante de 350.000 euros referentes ao Pagamento Especial por Conta (PEC), pendente quer na rubrica referente ao Imposto sobre o rendimento quer na rubrica de Fornecedores.

Este montante correspondia ao PEC referente aos exercícios de 2006 a 2010 pendentes de cobrança por parte da CP, E.P.E.. O PEC só deverá ser relevado nas contas das empresas filhas quando o mesmo for considerado gasto, isto é, quando for recusado o reembolso por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

A reexpressão efetuada inclui os seguintes impactos:



1. Diminuição na rubrica do Ativo referente ao estado e outros entes públicos;
  2. Diminuição na rubrica referente aos fornecedores;
- III. Alteração na apresentação dos montantes referentes às contas de Juros de Acordos de Empresas do Grupo e Outros Juros, que no exercício de 2010 foram apresentados na rubrica da Demonstração de Resultados correspondente a Outros Gastos e Perdas em vez da rubrica Juros e Gastos Similares Suportados.

A reexpressão efetuada inclui os seguintes impactos:

1. Diminuição na rubrica de Outros Gastos e Perdas no montante de 266.702 euros;
  2. Aumento na rubrica de Juros e Gastos Similares Suportados, no mesmo montante.
- IV. Transferência do saldo da rubrica de Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis para a rubrica de Resultados Transitados. Esta transferência resulta da EMEF ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC). Uma vez que a incorporação na rubrica de Resultados Transitados deveria ter sido efetuada no exercício de 2010, o saldo da reserva de realização foi reexpresso.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.162.260	6.167.148
Equipamento básico	15.053.508	13.838.801
Equipamento de transporte	1.767.354	1.824.358
Equipamento administrativo	3.496.304	3.675.856
Outros ativos fixos tangíveis	3.534.537	3.598.197
	<b>31.606.493</b>	<b>30.696.890</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	1.656.039	1.771.117
Anulações do Período	(785.229)	(1.323.329)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	19.876.825	19.429.037
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	<b>20.747.635</b>	<b>19.876.825</b>
<b>Investimentos em Curso</b>		
Ativo Fixo Tangível em Curso	36.136	748.931
Adiantamento por Conta Ativo Fixo Tangível	43.700	158.200
	<b>79.836</b>	<b>907.131</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10.938.694</b>	<b>11.727.197</b>

Em termos de investimentos relevantes concluídos no ano 2011, destacam-se:

- Célula Robotizada para Soldadura por arco no valor de 494.893 euros (dos quais 468.123 euros já se encontravam em investimento em curso no final de 2010)
- Cabine de Pintura e Secagem no valor de 230.018 euros (dos quais 216.140 euros já se encontravam em investimento em curso no final de 2010)
- Torno de Fosso para Campolide no valor de 866.917 euros.



Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2011, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como débitos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>									
Terrenos e recursos naturais	1.592.530								1.592.530
Edifícios e outras construções	6.167.148					(4.888)			6.162.260
Equipamento básico	13.838.801	781.689		(9.278)		(443.444)	885.739		15.053.508
Equipamento de transporte	1.824.358					(57.003)			1.767.354
Equipamento administrativo	3.675.856	25.988		(2.150)		(203.391)			3.496.304
Outros ativos fixos tangíveis	3.598.197	9.415		(13)		(73.063)			3.534.537
Investimentos em Curso - Ativo Fixo em curso	748.931	16.370					(727.539)	(1.627)	36.136
A adiantamentos por conta de investimentos	158.200	43.700					(158.200)		43.700
	<b>31.604.022</b>	<b>877.163</b>		<b>(11.440)</b>		<b>(781.789)</b>		<b>(1.627)</b>	<b>31.686.329</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>									
Edifícios e outras construções	1.696.757	335.569				(4.888)			2.027.438
Equipamento básico	10.087.971	1.006.386		(9.278)		(436.036)			10.649.043
Equipamento de transporte	1.616.268	64.806				(57.003)			1.624.071
Equipamento administrativo	3.231.831	106.045		(2.150)		(203.391)			3.132.335
Outros ativos fixos tangíveis	3.243.998	143.233		(13)		(72.470)			3.314.748
	<b>19.876.825</b>	<b>1.656.039</b>		<b>(11.440)</b>		<b>(773.789)</b>			<b>20.747.635</b>
<b>Total</b>	<b>11.727.197</b>								<b>10.938.694</b>

A CP é fiadora junto dos bancos BPI e BES assegurando o pagamento integral e pontual do empréstimo no montante de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora.

## 7. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Programas de Computador	1.314.622	1.297.532
	<b>1.314.622</b>	<b>1.297.532</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>		
Amortização do período	18.425	12.968
Reversões do Período		
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.275.577	1.262.609
	<b>1.294.002</b>	<b>1.275.577</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>20.620</b>	<b>21.955</b>

O aumento que se verificou nas amortizações do período está diretamente relacionado com as adições efetuadas nesta rubrica de investimentos.

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>									
Programas de Computador	1.297.531,99	17.090							1.314.622
	<b>1.297.532</b>	<b>17.090</b>							<b>1.314.622</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>									
Programas de Computador	1.275.577	18.425							1.294.002
	<b>1.275.577</b>	<b>18.425</b>							<b>1.294.002</b>
<b>Total</b>	<b>21.955</b>								<b>20.620</b>

## 8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	Tipo	31-12-2011		31-12-2010		
		Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade
EMEF INTERNACIONAL SA		-	-	-	30.981	30.981
EMEF/SIEMENS ACE		270.699	-	270.699	-	-
		270.699	-	270.699	30.981	30.981

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
<b>Valor bruto</b>						
EMEF INTERNACIONAL SA	30.981	-	-	(33.356)	2.375	-
EMEF/SIEMENS ACE	-	-	-	270.699	-	270.699
	30.981	-	-	237.343	2.375	270.699
<b>Imparidade</b>						
EMEF INTERNACIONAL SA	-	-	-	-	-	-
EMEF/SIEMENS ACE	-	-	-	-	-	-

A EMEF Internacional, foi constituída como sociedade comercial anónima a 14 de julho de 2010 com capital social de 50.000 euros. A EMEF detém uma participação social de 95% nesta sociedade, que correspondem a nove mil e quinhentas ações nominativas no valor de 5 euros cada. Aquando da sua constituição, a participação da EMEF ascendeu ao montante total de 47.500 euros. Os restantes 5% do capital social são detidos pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Durante o exercício de 2011 a EMEF Internacional, procedeu à correção do resultado líquido de 2010, no montante de 2.500 euros. Esta correção provocou nas contas da EMEF um reflexo no montante de 2.375 euros.

Da participação financeira na EMEF Internacional, a EMEF registou no fim do ano nas suas contas um resultado negativo de 37.358 euros. Tendo sido constituída uma provisão pelo montante de 4.002 euros, que corresponde ao diferencial entre o resultado líquido obtido e o investimento registado.

O agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, tem a participação de 51% da EMEF,SA e a participação de 49% da SIEMENS. No exercício de 2011 o ACE obteve o resultado líquido de 530.782 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 270.699 euros referente à sua participação.

A informação financeira referente às empresas associadas apresenta-se como se segue:

	% de Participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado Líquido
<b>Valor bruto</b>							
EMEF INTERNACIONAL SA	95	31.12.2011	14.761	18.974	(4.213)		(39.324)
EMEF/SIEMENS ACE	51	31.12.2011	9.918.544	9.387.762	530.782		530.782

## 9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	Tipo	31-12-2011			31-12-2010		
		Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário		31.944	31.944		31.944	31.944	
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial		2.500	2.500		2.500	2.500	
		<b>34.444</b>	<b>34.444</b>	-	<b>34.444</b>	<b>34.444</b>	-

O movimento das participações financeiras é o seguinte:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Justo Valor	Outras alterações	Saldo Final
<b>Valor bruto</b>						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
	<b>34.444</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>34.444</b>
<b>Imparidade</b>						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
	<b>34.444</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>34.444</b>

Não se registaram diferenças, quer em termos de valor bruto quer em termos de imparidade, no ano de 2011 comparativamente com o ano de 2010.

## 10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29.816.058	38.876.571
Produtos acabados e intermédios	1.335.403	1.317.793
Produtos e trabalhos em curso	1.786.453	2.654.819
Reclassificação e regularização de inventários	703.829	57.879
Adiantamentos por conta de compras	711.728	1.897.465
	<b>34.353.471</b>	<b>44.804.527</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	50.505	1.142.986
Imparidades de períodos anteriores	8.031.515	6.888.529
	<b>8.082.020</b>	<b>8.031.515</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>		
	<b>26.271.451</b>	<b>36.773.011</b>

A variação mais significativa nos inventários ocorreu na rubrica de "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo", decorrente dos consumos que ocorreram para a produção contínua de vagões para a CP Carga durante o ano de 2011 aliado com um valor reduzido de compras comparativamente com o ano de 2010.

Relativamente à variação dos produtos e trabalhos em curso, é explicada pelo facto de só estarem 40 vagões em curso de fabrico comparativamente com os 50 que estavam em curso no final do ano de 2010.

Durante o ano de 2011 a EMEF procedeu ao abate de materiais identificados como Obsoletos que não têm aplicação em qualquer material circulante, resultado de desativação da série ou substituição de equipamentos e por degradação técnica (não conformidade para utilização). Estes abates resultaram na reclassificação de inventários no montante de 700.897 euros.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversão	Saldo Final
<b>Imparidades de inventários</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(7.496.569)	(922.679)	856.540	(7.562.708)
Produtos acabados e intermédios	(534.946)	(25.963)	41.597	(519.312)
	<b>(8.031.515)</b>	<b>(948.641)</b>	<b>898.137</b>	<b>(8.082.020)</b>

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, cifraram-se no ano 2011 em 922.679 euros e as relativas a produtos acabados e intermédios ascenderam a 25.963 euros. Para o seu cálculo, foram utilizados os seguintes critérios:

- Material Motor e Automotor que consta do Programa de Abates e Locomotivas Elétricas 2500/2550 abatidas – Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de stock é Obsoleto – Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de stock é Mono EMEF e Mono CP, sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, e com algum consumo – Imparidade de 50%;
- Materiais sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, há 4 anos – Imparidade de 60% e há 3 anos – Imparidade de 50%, afetos a Vagões, Carruagens, materiais genéricos de aplicação em diversas séries e equipamentos:
- Materiais cuja classificação da Série de Material/equipamentos pertence a Carruagens – Imparidade de 10%;

As reversões por imparidade de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, no montante de 856.540 euros e as relativas a produtos acabados e intermédios ascenderam a 41.597 euros devem-se na sua maioria a abates de inventários ocorridos no ano 2011 classificados como Obsoletos e já objeto de perdas por imparidade em anos anteriores.

## 11. Clientes

A rubrica de clientes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Cientes c/c</b>		
Gerais	9.298.028	13.608.505
Empresa-mãe	6.673.702	9.785.771
Empreendimentos conjuntos	321.243	4.131
<b>Cientes Cobrança duvidosa</b>	252.970	219.478
	<b>16.545.943</b>	<b>23.617.884</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Perdas por imparidade no período	53.077	60.354
Perdas por imparidade de períodos anteriores	159.990	99.636
	<b>213.067</b>	<b>159.990</b>
<b>Total</b>	<b>16.332.876</b>	<b>23.457.894</b>

A análise do quadro permite concluir que as variações mais significativas ocorreram nas rubricas de clientes gerais e empresa-mãe.

A rubrica clientes gerais apresenta uma diminuição do saldo de clientes na ordem dos 4.310.477 euros. Esta diminuição é motivada basicamente pela variação do saldo da entidade CP Carga, nomeadamente no que respeita aos dois contratos de fabricos de Vagões (300 vagões de 60 pés e 100 vagões de 45 pés). Não se traduz, porém, de igual modo, numa redução de atividade para este cliente, sendo justificada pelo facto de no mês de dezembro de 2010 termos faturado um maior número de vagões acrescidos do segundo adiantamento dos 20% do valor global do contrato dos vagões de 45 pés conforme previsto na cl<sup>a</sup> 4<sup>a</sup> n<sup>o</sup> 1 al<sup>a</sup> b do respetivo contrato.

O saldo do cliente CP Carga, representa o valor mais significativo na rubrica clientes gerais com 3.642.531 euros no final de 2011 contra 8.932.833 euros no final de 2010.

Excetuando a CP Carga, são de realçar no ano 2011 os saldos dos clientes Prometro, SA (2.712.487 euros), com um aumento de 1.069.312 euros face a 2010, Fergráfica (918.374 euros) e Fundação do Museu Ferroviário Armando Ginestal Machado (780.368 euros) que nos aparece entre os saldos mais significativos de 2011 pela reabilitação do comboio presidencial.

Relativamente à rubrica clientes empresa mãe temos uma redução do saldo de 3.112.069 euros justificada por uma quebra de atividade para o cliente CP, E.P.E. ocorrida no ano 2011.

Os movimentos das perdas por imparidade no ano 2011 são analisados como se segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
<b>Cientes c/c</b>				
Gerais	159.990	64.974	11.897	213.067
<b>Total</b>	<b>159.990</b>	<b>64.974</b>	<b>11.897</b>	<b>213.067</b>

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes registou um aumento líquido de 53.077 euros.

Em termos dos montantes envolvidos o Município de Mangualde e a O2-Tratamento e Limpezas Ambientais, SA são responsáveis respetivamente por 45% e 36% das perdas do período, representando no seu conjunto 81% desse valor.

No que concerne a reversões, foram motivadas pela regularização do pagamento de um documento de 2009 do cliente Promorail - Tecnologias de Caminhos de Ferro, SA, dois de 2010 dos clientes ADP Fertilizantes, SA e EGEO Tecnologia e ambiente SA, bem como pelo acordo estabelecido entre a EMEF e o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, relativamente ao pagamento dos montantes em dívida desta última.

O quadro que se segue representa a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA a 31 de dezembro de 2011 e 2010

Descrição	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
<b>2011</b>						
<b>Cientes c/c</b>						
Gerais	6.853.191	745.187	87.910	678.331	933.409	9.298.028
Empresa-mãe	5.665.705	877.624	63.664	55.995	10.714	6.673.702
Empreendimentos conjuntos	311.918	9.325	0	0	0	321.243
<b>Cientes cobrança duvidosa</b>	13.072	0	0	17.214	222.684	252.970
<b>Ajustamentos</b>				(3.950)	(209.117)	(213.067)
<b>Total</b>	<b>12.843.885</b>	<b>1.632.136</b>	<b>151.574</b>	<b>747.590</b>	<b>957.691</b>	<b>16.332.876</b>
<b>2010</b>						
<b>Cientes c/c</b>						
Gerais	10.673.143	1.944.680	989.054	1.628	0	13.608.505
Empresa-mãe	8.252.859	1.470.751	3.358	39.679	19.124	9.785.771
Empreendimentos conjuntos	4.131	0	0	0	0	4.131
<b>Cientes cobrança duvidosa</b>	0	0	0	32.759	186.718	219.478
<b>Ajustamentos</b>				(8.190)	(151.800)	(159.990)
<b>Total</b>	<b>18.930.133</b>	<b>3.415.431</b>	<b>992.412</b>	<b>65.876</b>	<b>54.042</b>	<b>23.457.894</b>



Não foram constituídos ajustamentos relativos à rubrica clientes empresa-mãe.

Consideraram-se montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos para os quais, face à atual conjuntura económica, existe ainda uma expectativa de liquidação futura.

Em 2011 e face a 2010, verificou-se de um modo geral, um aumento dos valores em mora a mais de 180 dias com maior expressão na rúbrica clientes gerais.

## 12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
	-	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	34.912	36.207
Retenções de imposto sobre o rendimento	225.414	284.692
IVA a pagar	2.594.544	2.855.404
IVA a recuperar	(3.475)	(3.475)
Outros impostos		5
Contribuições para a Segurança Social	603.731	694.703
	<b>3.455.126</b>	<b>3.867.538</b>

### Ativo

A EMEF está inserida no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que é a empresa-mãe que procede à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC). Mas uma vez que o grupo apresenta prejuízos consecutivos e, não é possível efetuar a dedução à coleta destes prejuízos, a CP E.P.E. optou por requerer o pedido de reembolso. No âmbito desse pedido está ainda a decorrer a inspeção às contas das empresas abrangidas pelo RETGS.

A empresa no exercício de 2010 fez a reexpressão de valores no montante de 350.000 euros na rubrica referente ao Imposto sobre o rendimento, uma vez que no exercício de 2011 procedeu à anulação dos montantes pendentes de cobrança por parte de CP E.P.E.. Os montantes referentes ao PEC só deverão ser relevados nas contas das empresas filhas quando o mesmo for considerado gasto, isto é, quando for recusado o reembolso por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

### ***Passivo***

Nesta rubrica, destacam-se no ano de 2011 a diminuição do montante das contribuições para a segurança social diretamente relacionadas com a diminuição do efetivo face ano transato, bem como a diminuição do IVA a pagar resultante não só da diminuição do imposto a favor do estado como também da diminuição do imposto a favor da empresa, ambos relacionados com o decréscimo da atividade da empresa.

O valor registado na rubrica do imposto sobre o rendimento no exercício de 2011, destaca-se no quadro, uma vez que no cômputo do exercício de 2010, os valores apesar de estarem muito aproximados aos do corrente exercício, estavam registados no ativo, pois a rubrica no global tinha a natureza devedora.

## 13. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Pessoal	59.605	110.590
Acréscimos de rendimentos	582.223	661.933
Devedores diversos	3.775.186	3.775.293
Reembolso de despesas	3.353.599	363.841
	<b>7.770.613</b>	<b>4.911.657</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período		
Imparidade de períodos anteriores		
	-	-
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>7.770.613</b>	<b>4.911.657</b>

### *Outros devedores – Pessoal*

A variação nesta rubrica, face ao exercício de 2010, resulta basicamente da diminuição dos adiantamentos ao pessoal quer por doença quer por abonos por deslocação.

### *Acréscimo de Rendimentos*

O decréscimo que ocorreu nesta rubrica resulta essencialmente de duas situações de efeitos contrários: por um lado verificou-se uma diminuição da especialização de trabalhos não faturados, e por outro houve um aumento do valor do rédito apurado, no entanto a diminuição da primeira situação não foi acompanhada na mesma proporção do aumento do rédito.

### *Reembolsos de despesas*

A variação mais significativa entre os anos de 2010 e de 2011 apresenta-se na rubrica relativa ao reembolso de despesas com uma variação superior a 923%. Este acréscimo face ao ano anterior, ficou a dever-se essencialmente ao montante relativo aos proporcionais das indemnizações pagas a trabalhadores que rescindiram os seus contratos de trabalho

por mútuo acordo. Pelo facto desses trabalhadores serem oriundos da empresa mãe, a EMEF é ressarcida na parte proporcional referente ao tempo de permanência de cada trabalhador na CP, E.P.E.. No final do ano o montante em dívida à EMEF ascendia a 2.470.143 euros, entretanto já pagos à data de elaboração deste anexo às contas.

## 14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer		
Seguros	48.148	147.321
Diversos	75.908	99.715
	<b>124.057</b>	<b>247.035</b>
<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer		
Fact.p/Conta-Trab.a Real.	4.201.462	1.388.646
Outros Rec.c/rend.Dif	864.812	975.200
	<b>5.066.274</b>	<b>2.363.846</b>

### *Gastos a reconhecer – Seguros*

A variação face ao ano anterior é justificada apenas pela contabilização recibos datados de 2010, mas cujo período de seguro é apenas do ano seguinte.

### *Faturação por conta de trabalhos a realizar*

Por motivos de alteração do critério contabilístico a rubrica de rendimentos a reconhecer Faturação por conta de trabalhos a realizar não é comparável nos anos 2011 e 2010.

No final de 2011, encontravam-se registadas nesta rubrica a totalidade das faturas parciais contratualmente estabelecidas e emitidas para clientes. No ano 2010, e reportando a 31-12-2010, só se encontravam nesta rubrica os valores relativos às faturas parciais emitidas ainda não pagas pelos clientes, encontrando-se os montantes referentes a documentos já recebidos refletidos na rubrica adiantamentos de clientes.

Esta mesma alteração está identificada na nota 26 e justifica-se pelo facto das vantagens deste preciosismo contabilístico serem fortemente suplantadas pelas desvantagens e erros que aquele procedimento poderia potenciar.

A rubrica rendimentos a reconhecer engloba vários movimentos de faturações parciais contratualmente estabelecidas emitidas para clientes e o rédito relativo às obras em curso no final do ano, sendo de salientar as seguintes situações:

- Remanescente das duas faturações parciais de 20% do valor global do contrato de fabrico de 300 vagões de 60 pés (40 vagões mais peças parque) que totalizam 1.827.400 euros;
- Faturação parcial de 60% do R2 da UQE 3522, 480.000 euros;
- Faturação parcial de 60% das intervenções em rodados e bogies do CPA 4002, 450.219 euros;
- Remanescente da faturação parcial de 30% por conta dos trabalhos a realizar no âmbito do contrato de fornecimento e montagem de novas caixas de transmissão do rodado nas automotoras da série UDD 450 (16 UDD), 432.557 euros;
- Faturação parcial relativa ao projeto de aumento da capacidade de armazenamento de dados do sistema de informação ao passageiro (72 veículos) e sistema de contagem de passageiros (6 veículos) em veículos Eurotram, 466.671 euros.

#### ***Outros recebimentos com rendimentos diferidos***

A diminuição que ocorreu nesta rubrica face ao ano transato, resulta basicamente de 12/120 do contrato de arrendamento celebrado em 2009 entre a EMEF e a Fergráfica – Artes Gráficas, SA. O reconhecimento do montante do referido contrato tem vindo a ser feito numa base linear, ocorrendo o seu término em outubro de 2019, não fosse o processo de liquidação de contas que está a decorrer na referida entidade.

## **15. Capital realizado**

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2011 sendo totalmente detido pela CP, E.P.E..

## **16. Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 7.661.205 euros. Deste montante, 553.700 euros foram recebidos no exercício de 2011 e dizem respeito à segunda tranche do contrato de Prestações Acessórias de Capital celebrado em 14/5/2010 no montante de 892.000 euros.

## **17. Reservas legais**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EMEF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, a EMEF não efetuou reforços ao montante da reserva, em resultado do resultado líquido negativo apresentado em 2010.

## 18. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Posição no início do período	617.458	617.458
	<b>617.458</b>	<b>617.458</b>

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício de 1995 a 1998.

## 19. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito às seguintes situações:

- Incorporação do resultado líquido negativo do período referente ao exercício anterior, no montante de 3.439.128 euros;
- Contabilização no exercício de 2011 do impacto resultante da revisão de preços dos contratos de fabrico de vagões com a CP Carga, conforme já relatado na nota 5
- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros e reexpressões efetuadas;
- Reexpressão no exercício de 2010 do montante relativo aos excedentes de reavaliação, conforme divulgado na nota 5;
- Realização da reserva de reavaliação, no montante de 5.138 euros. A reavaliação livre do ativo fixo tangível foi efetuada no ano de 2002 ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16, tendo sido objeto de reavaliação os bens com custo de aquisição superior a 200 euros. A 31.12.2011, o montante da reavaliação por realizar ascende a 27.642 euros. Estes excedentes de reavaliação apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados só ficarão disponíveis após a sua realização.

## 20. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Posição no início do período	8.747	8.747
Relacionados com o método de equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição		
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas		
Outros	(8.747)	
	-	8.747

A variação que ocorreu nesta rubrica, resultou da regularização do ajustamento derivado da venda da Saros à CP- Comboios de Portugal, E.P.E. no exercício de 2011.

## 21. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
Posição no início do período	32.780	37.919
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento		
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	(32.780)	(37.919)
Impostos diferidos		
	-	-

A empresa procedeu à reexpressão dos valores apresentados em 2010, uma vez que no exercício de 2011 efetuou a transferência do saldo para a conta de Resultados transitados conforme já divulgado na Nota 5 e 19.



## 22. Provisões

O movimento na rubrica de provisões é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Impostos						-
Garantias a clientes						-
Processos judiciais em curso	988.229	48.677		(538.908)		497.998
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						-
Matérias ambientais						-
Contratos onerosos						-
Reestruturação						-
Outras provisões	136.382	4.002		(136.382)		4.002
	<b>1.124.611</b>	<b>52.679</b>	<b>-</b>	<b>(675.291)</b>	<b>-</b>	<b>502.000</b>

### *Processos judiciais*

A EMEF regista provisões relativas a processos judiciais em curso em que existe probabilidade de que venham a ocorrer exfluxos económicos para a empresa. O montante corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

A provisão para processos judiciais em curso no montante de 497.998 euros inclui essencialmente os seguintes processos:

- Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito de acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.201 euros;
- As restantes provisões são referentes a processos judiciais instaurados pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), por trabalhadores e ex-trabalhadores, sendo que um dos casos o montante total ascende a 197.041 euros.

### *Outras Provisões*

Em 31.12.2010 foi constituída uma provisão para fazer face ao resultado líquido negativo divulgado, e que correspondia à participação que a EMEF detém no ACE EMEF/Siemens (51%) sobre os capitais próprios negativos do empreendimento conjunto. Após o fecho de contas de 2010 da EMEF, o resultado do ACE foi alterado para zero pelo que a provisão criada foi anulada na sua totalidade já nas contas do exercício de 2011.

Foi criada em 2011 uma provisão para fazer face à parte do proporcional do resultado líquido da EMEF Internacional conforme já referido na nota 8.

## 23. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	6.281.560	15.062.500
Locações financeiras		
	<b>6.281.560</b>	<b>15.062.500</b>
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	9.555.940	6.377.500
Descobertos bancários	7.885.948	7.616.763
Locações financeiras		
	<b>17.441.888</b>	<b>13.994.263</b>
	<b>23.723.448</b>	<b>29.056.763</b>

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	9.555.940	6.377.500
De 1 a 5 anos	4.969.060	12.875.000
A mais de 5 anos	1.312.500	2.187.500
Descobertos bancários		
Até 1 ano	7.885.948	7.616.763
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
	<b>23.723.448</b>	<b>29.056.763</b>

À data de 31 de dezembro de 2011, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como se segue:

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Instituições de crédito e sociedades financeiras								
Empréstimos bancários								
Amortizações	1.064.224	1.072.888	1.081.948	875.000	875.000	875.000	437.500	6.281.560
Juros vincendos estimados	245.873	200.012	153.753	111.850	74.295	37.096	4.586	827.465
	<b>1.310.098</b>	<b>1.272.899</b>	<b>1.235.701</b>	<b>986.850</b>	<b>949.295</b>	<b>912.096</b>	<b>442.086</b>	<b>7.109.025</b>

## 24. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
<b>Não corrente</b>		
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimento		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores		
Pessoal		
	-	-
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	296.233	783.509
Devedores e credores por acréscimos	5.450.448	7.090.444
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	5.024	345
Pessoal	25.172	43.404
	<b>5.776.877</b>	<b>7.917.702</b>

As variações mais significativas face ao ano transato verificaram-se essencialmente nas seguintes rubricas:

### *Fornecedores de investimentos*

O montante da rubrica fornecedores de investimentos sofreu uma diminuição face ao ano anterior, acompanhando o comportamento que se verificou ao nível da diminuição das aquisições de ativos fixos tangíveis.

### *Devedores e devedores por acréscimos*

Nesta rubrica há assinalar duas situações distintas e de efeito contrário: por um lado verificou-se uma diminuição na conta referente à provisão para férias e subsídio de férias a abonar em 2012, derivada do efeito do artigo 21 da Lei nº 64-B/2011 que aprovou a lei do orçamento de estado para o ano de 2012. Este artigo prevê a suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal durante o Programa de Assistência Económica e Financeira a que Portugal está sujeito em consequência da crise económica e financeira que atravessa. O mesmo artigo define que os trabalhadores que tenham uma remuneração base mensal igual ou superior a 600 euros e inferior a 1100 euros ficam sujeitas a uma redução nos subsídios calculados com base na fórmula seguinte: (1.320€ -

1,20 \* remuneração base mensal). Desta decisão resultou uma diminuição do valor provisionado para férias e subsídio de férias no montante de 2.635.708 euros face ao ano anterior.

Por outro lado verificou-se um aumento na conta de outros acréscimos de gastos, derivado da especialização efetuada para fazer face à diminuição resultante da revisão de preços dos contratos de construção de vagões celebrados com a CP Carga. Deste acréscimo, 1.214.338 euros referem-se ao valor reexpresso no exercício de 2010, conforme já explicado na nota 5 e 1.350.007 euros referem-se à contrapartida da diminuição da rubrica de Vendas - Produtos Acabados e Intermédios no corrente exercício.

## 25. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
Fornecedores c/c		
Gerais	10.849.235	10.206.929
Empresa-mãe	118.826	161.066
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Fornecedor - Retenção de garantia	1.579	1.579
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Faturas em receção e conferência	1.305.821	375.120
	<b>12.275.461</b>	<b>10.744.693</b>

Mantendo-se a tendência de diminuição das compras de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, bem como de diminuição dos fornecimentos e serviços externos, a variação verificada na rubrica fornecedores resulta essencialmente do agravamento do prazo médio de pagamento a fornecedores.

A empresa procedeu no exercício de 2010 à reexpressão do montante de 350.000 euros conforme já divulgado nas notas 5 e 12.

## 26. Adiantamento de clientes

A rubrica adiantamentos de clientes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
CP-CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES EP		
CP-COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.	1.000.000	2.568.342
CP CARGA - LOG TRANSPORTE FERR MERCADORIAS SA		9.005.833
SOCIEDADE DOS TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, SA		
THALES TRANSPORTATION	41.001	
TNO - NEDERLANDSE ORGANISATIE VOOR TOEGEPAST NAT	178.569	
IDMEC INSTITUTO DE ENGENHARIA MECANICA	4.044	
	<b>1.223.614</b>	<b>11.574.175</b>

Por motivos de alteração do critério de contabilização, esta rubrica não é comparável nos anos 2011 e 2010. Até 2010 os valores relativos aos documentos registados em rendimentos a reconhecer após o seu recebimento eram transferidos para a rubrica adiantamentos de clientes tendo este procedimento sido abolido com efeitos a 31-12-2011. O saldo em 31-12-2011 reflete somente os valores dos adiantamentos de clientes propriamente ditos mantendo-se os valores das faturações parciais por conta de trabalhos a realizar em rendimentos a reconhecer.

Esta alteração foi motivada pelo facto das vantagens deste preciosismo contabilístico serem fortemente suplantadas pelas desvantagens e erros que aquele procedimento poderia potenciar.

Em 2011 o valor mais significativo diz respeito ao cliente CP Comboios de Portugal, E.P.E., com 1.000.000 euros, referente ao remanescente de um adiantamento por conta de faturação que por motivos imputáveis às dificuldades de tesouraria da EMEF, SA não foi ainda deduzido pelo cliente.

Os restantes valores referem-se a verbas contratualmente estabelecidas recebidas a título de adiantamento relativas aos projetos Cargovibes e Secur-ed, financiados ao abrigo do Seventh Framework Programme (FP7), e Wearwheel, financiado ao abrigo do Quadro Regional Estratégico Nacional (QREN) e Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

## 27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
<b>Vendas</b>		
Fabrico vagões tipo SGNSS	14.690.317	12.491.731
Fabrico vagões tipo LGNSS	4.080.677	2.707.932
	<b>18.770.993</b>	<b>15.199.662</b>
<b>Serviços Prestados</b>		
Manutenção	28.573.057	32.879.719
Reparação	27.939.954	34.645.540
Reabilitação	754.511	0
Montagem	0	43.119
	<b>57.267.521</b>	<b>67.568.378</b>
<b>Total</b>	<b>76.038.514</b>	<b>82.768.040</b>

Até ao final de 2011 foram concluídos e entregues à CP Carga 140 vagões de 60 pés e 60 vagões de 45 pés. Com a entrega dos 60 vagões de 45 pés deu-se por concluído o contrato para fornecimento de 100 vagões.

A nível dos serviços, verificou-se uma redução no segmento de reparação motivada pela quebra na prestação de serviços de reparação sistemática e programada e no segmento de manutenção devido à redução da atividade de Forfait.

O aumento na Reabilitação deve-se ao contrato para recuperação do Comboio Presidencial.

Os valores de 2010 foram reexpressos na rubrica vendas de vagões Tipo SGNSS e LGNSS, conforme já explicitado na nota 5.

## 28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Subsídios Tw in Limited (Projecto Saferail)	33.375	21.281
Subsídios NV D 2 S International (Projecto I-Rail)	963	
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	10.980	
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	58.026	
	<b>103.344</b>	<b>21.281</b>

Os subsídios à exploração em 2011 e 2010 estão relacionados com incentivos à investigação recebidos no âmbito dos projetos SAFERAIL, I-Rail, Secur-ED e Cargovibes onde a EMEF está em consórcio com as entidades indicadas no quadro. Estes projetos inserem-se no Sétimo Programa Quadro (FP7) da União Europeia sendo os seus subsídios previstos e objetivos os seguintes:

- Saferail - 113.500 euros - Iniciado em outubro de 2008 com duração de 3 anos prevê o desenvolvimento e implementação de dois novos sistemas de inspeção não destrutiva de rodados. Este projeto terminou em setembro/2011;
- I-Rail - 15.625 euros - Iniciado em novembro de 2010 com a duração de 2 anos prevê o desenvolvimento de um sistema de monitorização on-line montado em veículos de passageiros e mercadorias para inspeção de carril;
- Secur-ED - 241.500 euros - Iniciado em abril de 2011 com duração de 3 anos e meio prevê a melhoria da segurança em transportes públicos urbanos em cidades de média e grande dimensão através de demonstrações reais;
- Cargovibes - 315.461 euros - Iniciado em abril de 2011 prevê o desenvolvimento e validação de medidas para assegurar níveis aceitáveis de vibração em zonas residenciais próximas de linhas ferroviárias de mercadorias.

## 29. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Perdas</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
EMEF INTERNACIONAL	(33.356)	(16.519)
EMEF/SIEMENS ACE	-	(136.382)
	<b>(33.356)</b>	<b>(152.902)</b>
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
SAROS	-	17.317
EMEF/SIEMENS ACE	270.699	
	<b>270.699</b>	<b>17.317</b>
<b>Total</b>	<b>237.343</b>	<b>(135.585)</b>

As variações corridas nesta rubrica estão descritas nas notas 8 e 22.



### 30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	1.317.818	1.137.710
Produtos e trabalhos em curso	2.654.819	1.315.091
	<b>3.972.637</b>	<b>2.452.801</b>
<b>Regularizações</b>		
Inventários	(34.982)	(24)
	<b>(34.982)</b>	<b>(24)</b>
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	1.370.385	1.317.818
Produtos e trabalhos em curso	1.786.453	2.654.819
	<b>3.156.838</b>	<b>3.972.637</b>
<b>Variação</b>		
Produtos acabados e intermédios	52.567	180.108
Produtos e trabalhos em curso	(868.366)	1.339.729
	<b>(815.799)</b>	<b>1.519.836</b>

As principais variações ocorridas nos inventários da produção já foram explicadas na Nota 10 - Inventários.

### 31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como se segue:

Descrição	2011	2010
Ativos fixos tangíveis	23.039	77.234
	<b>23.039</b>	<b>77.234</b>

As variações ocorridas nesta rubrica são justificadas pela conclusão da maioria dos trabalhos para a própria empresa que se encontravam em curso à data de 31.12.2010.

Em 2011, devido às restrições orçamentais, o valor de investimentos foi muito reduzido o que explica a diminuição de montante nesta rubrica.

## 32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28.323.287	30.387.908
	<b>28.323.287</b>	<b>30.387.908</b>

A variação ocorrida nesta rubrica foi principalmente motivada pela redução da atividade de manutenção e reparação em 2011 provocando assim um decréscimo dos consumos.

### 33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Subcontratos	1.685.416	2.691.970
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	848.370	1.009.230
Publicidade e propaganda	12.740	49.512
Vigilância e segurança	718.284	944.519
Honorários	35.180	25.495
Comissões	-	-
Conservação e reparação	449.519	779.606
Outros	-	-
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	259.873	348.485
Livros e documentação técnica	2.182	6.560
Material de escritório	64.209	122.528
Artigos para oferta	66	7.630
Outros	-	-
Energia e fluidos:		
Eletricidade	722.869	854.534
Combustíveis	306.885	363.070
Água	88.475	89.407
Outros	18	40
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	47.678	137.659
Transportes de pessoal	44.395	73.476
Transportes de mercadorias	326.787	438.089
Outros	42.600	24.917
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	4.253.761	4.335.870
Comunicação	209.213	289.819
Seguros	304.910	315.374
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	4.938	2.802
Despesas de representação	7.276	14.350
Limpeza, higiene e conforto	500.779	785.252
Outros serviços	280.913	119.321
	<b>11.217.336</b>	<b>13.829.515</b>

As variações ocorridas nesta rubrica foram motivadas principalmente pela racionalização dos recursos disponíveis e a contenção dos custos de exploração que o Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 veio definir no que respeita ao Setor Empresarial do Estado, bem como a imposição da Resolução do Conselho de Ministros nº1/2011, no âmbito do orçamento de estado, de redução em, pelo menos, 15% dos gastos operacionais face aos gastos ocorridos em 2009.

A redução dos subcontratos verificada é justificada pela diminuição da atividade de reparação e pelo recurso a meios internos, sempre que possível, numa ótica de racionalização de custos e aproveitamento de mão-de-obra interna disponível.

## 34. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações dos órgãos sociais	157.105	219.418
Remunerações do pessoal	24.528.469	29.312.152
Indemnizações	3.929.303	1.781.602
Encargos sobre remunerações	5.313.586	6.288.092
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	610.048	717.771
Gastos de ação social	145.398	141.417
Outros gastos com o pessoal	1.106.641	1.594.086
	<b>35.790.551</b>	<b>40.054.538</b>

Observou-se uma diminuição de 16,4% dos Gastos com Pessoal sem Indemnizações relativamente ao ano 2010. Em termos globais, a diminuição situou-se nos 10,3%.

Esta redução foi imposta não só pelas medidas restritivas que advieram da aplicação da LOE 2011, como também do número de saídas ocorridas.

O acréscimo do montante da rubrica de Indemnizações expressa assim o aumento de rescisões por mútuo acordo.

Ocorreu uma redução no efetivo médio de 154 colaboradores, situando-se este indicador no final de 2011 em 1.401 colaboradores.

A rubrica Outros Gastos Com Pessoal abrange, essencialmente, Concessões da utilização de transportes, Seguros Acidentes Pessoais e de Saúde, Formação, Medicina do Trabalho e Complementos de Subsídio de Doença.

## 35. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos suplementares	1.567.028	1.258.281
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.132	44.359
Ganhos em inventários	4.112	5.394
Diferenças de câmbio favoráveis	14.940	49.495
Investimentos não financeiros	6.583	6.196
Outros	919.316	463.314
	<b>2.516.112</b>	<b>1.827.039</b>

A variação desta rubrica é justificada pelo acréscimo de rendimentos suplementares no ano 2011, dos quais se destacam:

Venda de materiais à SIMEF no valor de 361.397 euros;

Venda de resíduos valorizáveis à ECODEAL no valor de 222.674 euros;

Débito de rendas à Fergráfica no valor de 110.400 euros;

E também devido a correções de exercícios anteriores no valor de 797.962 euros.

## 36. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
Impostos	19.046	48.573
Perdas em inventários	680.959	63.249
Correções relativas a exercícios anteriores	497.659	707.225
Serviços bancários	20.299	89.582
Juros suportados - acordos empresas grupo	-	-
Juros suportados - descobertos bancários	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18.024	119.642
Outros	135.664	38.124
	<b>1.371.651</b>	<b>1.066.395</b>

A maior variação na rubrica de Outros Gastos e Perdas ocorreu nas perdas em inventário devido ao abate de materiais identificados como Obsoletos, que não tinham aplicação em nenhuma oficina resultado de desativação da série, ou por substituição de equipamentos ou por degradação técnica (não conformidade para utilização).

No exercício de 2010 procedeu-se à reexpressão do valor apresentado nesta rubrica, uma vez que os valores referentes às contas de Juros de Acordos de Empresas do Grupo e Outros Juros foram considerados nesta rubrica da Demonstração de Resultados em detrimento da rubrica de Juros e Gastos similares Suportados. O montante ascendeu a 266.702 euros, conforme divulgado na nota 5 e 38 deste anexo.

## 37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	(1.656.039)	(1.771.117)
Ativos intangíveis	(18.425)	(12.968)
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
	<b>(1.674.464)</b>	<b>(1.784.085)</b>

A diminuição das depreciações de ativos fixos tangíveis em 2011, está diretamente relacionada com a contenção de aquisições deste tipo de investimentos.

## 38. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)
Juros Empréstimos Bancários	676.386	659.466
Juros Acordos Grupo	377.937	97.452
Outros Juros	378.157	169.249
Outros Gastos relativos Financiamentos Obtidos	110.489	-
	<b>1.542.969</b>	<b>926.167</b>

O aumento dos juros suportados com os financiamentos ficou a dever-se a um conjunto de causas, das quais destacamos o agravamento das condições de financiamento e os novos contratos de financiamento celebrados com o Acionista no final de 2010.

Os valores constantes da coluna referente ao exercício de 2010, foram reexpressos uma vez que os montantes referentes aos Juros de Acordos de Empresas do Grupo e a Outros Juros

Suportados, em 2010 foram indevidamente considerados na rubrica Outros Gastos e Perdas, conforme já divulgado nas notas 5 e 36 deste anexo.

### 39. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os que a seguir se apresentam:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Menos de um ano	58.163	92.132
Entre um e cinco anos	42.138	56.962
	<b>100.301</b>	<b>149.094</b>



## 40. Partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2011, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista de CP, E.P.E. são os seguintes:

Descrição	2010						
	Ativos		Passivos				
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Acionistas/ Sócios	Diferimentos
CP	9.785.771	208.241	2.568.342	518.467	600.178	7.500.000	270.440
CP Carga	8.932.383	8.525	9.005.833	1.525			878.433
Fergráfica				19.583			
Ecosaúde				27.401			
Fernave	15.084			70.907			
Saros							
EMEF Internacional					11.930		
EMEF/Siemens - ACE				20.691			

Descrição	2011						
	Ativos		Passivos				
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Acionistas/ Sócios	Diferimentos
CP	6.673.702		1.000.000	118.826	422.442	7.500.000	2.133.697
CP Carga	3.648.318				2.564.345		1.827.400
Fergráfica	918.374	5.048			17.692		864.800
Ecosaúde				47.740			
Fernave	5.977			64			
Saros	1.542						
EMEF Internacional	13.066						
EMEF/Siemens - ACE	321.243	5.633			37.648		

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Descrição	2010							
	Inventários	Investimentos	Gastos				Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
CP	112.229		4.246.302	951.329	8.251	76.516	53.928.775	105.744
CP Carga			1.969				23.144.004	129.068
Fergráfica			18.600					
Ecosaúde	4.400		790	106.090				
Fernave			1.400	132.979			10.702	3.648
Saros								
EMEF Internacional			4.786					
EMEF/Siemens - ACE				20.691			246	11.951

Descrição	2011							
	Inventários	Investimentos	Gastos				Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
CP	11.887		4.613.534	872.922	82.128	398.873	41.605.469	283.773
CP Carga			3.040			32.350	24.836.661	269.227
Fergráfica	786	14.384	38.303					25.068
Ecosaúde	700		1.425	95.360				333
Fernave				512			7.905	
Saros								6.728
EMEF Internacional								12.386
EMEF/Siemens - ACE							1.030.196	829.532

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração durante o ano de 2011 foram os seguintes:

Órgãos Sociais	Remuneração	Despesas de Representação	Abonos por Deslocação	Subsídio de Refeição Isento	Subsídio de Refeição Sujeito	Encargos Sociais	Código do Regime de Seg. Social
Carlos Alberto Clemente Frazão (Presidente CA)	50.345	12.940		1.455	649	9245	Reg. 633
Rita Adelaide Alho Martins (Vogal)	45.360	11.646		1.461	652	10406	Reg. 669
José Manuel Sancho Pontes Correia (Vogal)	50.345	12.940	842	1.455	649	11460	Reg. 669

Foram ainda suportados os seguintes gastos com Trabalhos especializados no exercício corrente:

Auditoria e consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	10.648
Consultoria Fiscal	9.350
Órgão de Fiscalização	11.250

## 41. Acionistas/Sócios

Foi efetuada a recalendarização do vencimento de dois empréstimos, um no montante de 5.000.000 euros e outro de 2.500.000 euros, ambos concedidos pela CP para apoio à tesouraria. Os novos vencimentos ocorrerão respetivamente em maio e junho de 2012.

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Acionistas/Sócios -Empréstimos de sócios-CP	7.500.000	7.500.000
	<b>7.500.000</b>	<b>7.500.000</b>

## 42. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração de resultados refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data de cada relato. O imposto sobre o rendimento do período apresenta-se como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(42.355)	(46.530)
	<b>(42.355)</b>	<b>(46.530)</b>

A diminuição do montante da tributação autónoma face ao exercício de 2010, deve-se essencialmente à diminuição significativa dos gastos com o pessoal relativos a ajudas de custo. A taxa ao qual foram tributados autonomamente esses encargos dedutíveis manteve-se nos 5%.

A EMEF não reconheceu ativos por impostos diferidos por considerar que o grupo de sociedades abrangido pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), onde se insere não ter expectativas de que se venham a obter lucros futuros.

Ano	Resultado Fiscal
2005	(3.719.074)
2006	(11.570.123)
2007	(1.204.167)
2008	(4.138.797)

### 43. Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2011 a conta de ativos não correntes detidos para venda está saldada, em virtude de ter sido celebrado entre a EMEF e a CP E.P.E. o contrato de cessão de quotas da Saros.

Pelo referido contrato a CP E.P.E. pagou à EMEF o montante de 94.124 euros, correspondente ao total do capital próprio da referida entidade na data de celebração do contrato.

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Ativos</b>		
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda		94.113
	-	94.113

### 44. Adiantamentos a Fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Adiantamentos a Fornecedores Gerais	105.938	
	105.938	-

A rubrica adiantamentos a fornecedores diz respeito ao proporcional do adiantamento do cliente Prometro, relativo à parte subcontratada ao fornecedor Bombardier, para a prestação de serviço de reparação por acidente a 3 veículos da frota Eurotram.

## 45. Garantias bancárias

Os valores referentes a garantias bancárias são os seguintes:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias bancárias recebidas	1.204.546	1.976.414
Garantias bancárias dadas	743.417	601.437
	<b>1.947.962</b>	<b>2.577.851</b>

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações Financeiras apresentadas.

## 46. Matérias ambientais

As atividades de Ambiente são desenvolvidas com a intervenção, direta ou indireta, da estrutura da Direção de Qualidade, Ambiente e Segurança e dos Órgãos Locais, designadamente nos seguintes aspetos:

Registo eletrónico de dados de resíduos, no portal oficial SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente);

Consolidação de informação de toda a EMEF, para resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;

Recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade da CP;

Análise de diversa regulamentação e implementação dos requisitos (GFEE – Gases Fluorados de Efeito de Estufa e SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia);

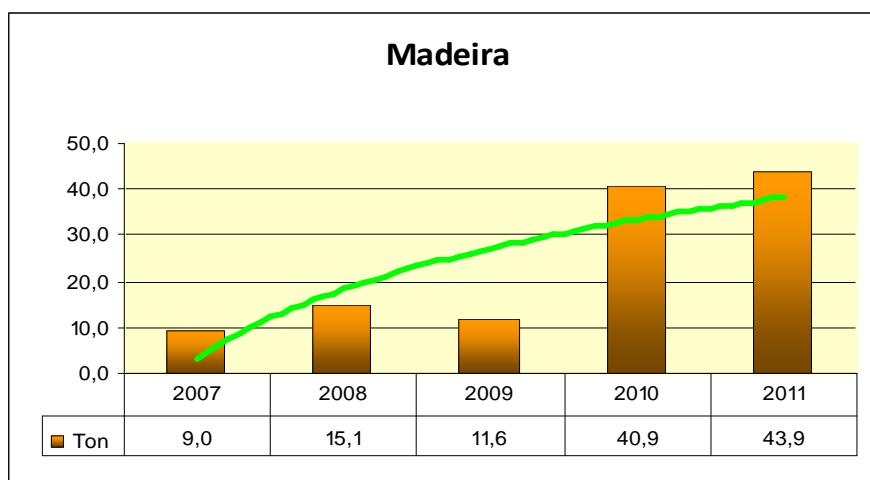
Elaboração de Planos de Gestão de Solventes (PON, POC e POS-Barreiro);

Gestão do contrato global de resíduos (o contrato contempla o acondicionamento, recolha, transporte, encaminhamento, eliminação e/ou valorização de resíduos resultantes da atividade da EMEF) do qual tem resultado um controlo ajustado entre proveitos e gastos;

Continuação da promoção da utilização de produtos de pintura de base aquosa (ex.: aplicação destes produtos nas reparações R2 das UQE3500 iniciadas em 2011);

Elaboração de artigo para revista “Indústria e Ambiente” - Manutenção Ferroviária: Tratamento das águas residuais na EMEF.

Continuação da comunicação dos requisitos legais e internos, de modo a melhorar as práticas, nomeadamente na separação e envio para reciclagem dos resíduos. No gráfico seguinte podemos observar, a título de exemplo, uma evolução global positiva dos resíduos de madeira enviados para reciclagem nos últimos anos (ainda que as quantidades dependam da atividade da EMEF).



Na sequência de anterior auditoria interna ao processo de gestão de resíduos, continuou-se a realizar a monitorização das medidas definidas, com emissão de relatório respetivo (projeto “MGR” - Projeto Melhoria de Gestão de Resíduos).

Em março de 2011 foram realizadas auditorias energéticas às instalações do Entroncamento e Guifões e conseqüentemente foi definido um Plano de Racionalização Energético (PREn) pela Empresa EWEN, Lda., de acordo com o DL n.º 71/2008 (legislação relativa ao sistema de gestão de consumidores intensivos de energia (SGCIE)).

Foram realizadas duas auditorias de Gestão Ambiental pelo Cliente CP-Carga (uma ao POC outra ao POS-Poçoirão), tendo sido definidas e desenvolvidas ações corretivas de forma a eliminar as causas das constatações levantadas nas auditorias.

O âmbito das auditorias integradas no programa de auditorias internas global, gerido pela DQAS, contemplou, como habitualmente, para além dos requisitos diretamente ligados à norma NP EN ISO 9001, NP 4427 e HST, também a avaliação de requisitos de ambiente.



Nos Serviços Centrais (Reboleira), foi realizado o levantamento dos fluídos frigorígenos dos equipamentos de ar condicionado, tanto nos que contêm fluídos que empobrecem a camada de ozono (DL n.º 35/2008 e DL n.º 152/2005) como nos que contribuem para o efeito de estufa (DL n.º 56/2011).

Em matéria ambiental, a rubrica “Fornecimento de serviços externos” (FSE) respeitante ao ano de 2011, registou um custo de 115.619 €, onde cerca de:

- 89,4% Foi associado à gestão de resíduos (encaminhamento de resíduos para destino adequado e limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos);
- 8,2% Relaciona-se com a gestão das águas residuais (nomeadamente realização de análises a efluentes líquidos);
- 2,4% Corresponde à gestão das emissões gasosas (caracterização de efluentes gasosos).

Tal corresponde a uma diminuição de gastos associados a matérias ambientais, relativamente ao ano anterior, que é consequência não só do contrato de gestão de resíduos, assinado no final de 2010, como também de uma melhor classificação da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

## 47. Contingências

A EMEF,SA e o Metropolitano de Lisboa assinaram um protocolo em 14 de maio de 2009, no qual a EMEF se compromete a ceder um espaço nas suas instalações sitas na Amadora, para o Metro de Lisboa poder instalar um estaleiro de construção civil de forma a permitir a construção do prolongamento da linha Amadora Este/Reboleira, incluindo a nova estação intermodal da Reboleira. O mesmo protocolo prevê também a demolição das edificações existentes nesse espaço, e como contrapartida o Metropolitano de Lisboa obriga-se a construir um edifício novo até ao montante de 2.250.000 euros. Ora, e uma vez que as obras do Metro estão suspensas por decisão governamental, não é expectável que a construção venha a ocorrer dentro do prazo estabelecido para o efeito.





## 48. Acontecimentos após a data de balanço

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E. único acionista da EMEF, SA, face à renúncia ao cargo do anterior Presidente, decidiu nomear em 9 de fevereiro de 2012 e até ao fim do mandato em curso para Presidente do Conselho de Administração da EMEF, SA o Senhor Doutor Alfredo Vicente Pereira, que acumula o cargo de Vice-Presidente da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

30 de março de 2012

Diretora Financeira

Dra. Cristina Maria Alves Ribeira

Técnico Oficial de Contas

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal:

Dra. Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins

Vogal:

Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia



# Relatório do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

### RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº. 420º. do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, complementado pelas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Apreciamos e tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria, emitidos pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor, respectivamente, à qual damos a nossa concordância.



## PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, a apreciação do documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor e a concordância que o mesmo nos merece, somos de parecer que a Assembleia Geral da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., S.A. aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do período findo em 31 de Dezembro de 2011.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 11 de Maio de 2012

O CONSELHO FISCAL



Alfeu Pimentel Saraiva  
Presidente



Marta Maria Alpoim Sousa e Silva de Miranda Pereira  
Vogal



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC  
Vogal



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 61.934.422 Euros e um total de capital próprio de 2.411.622 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.341.031 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

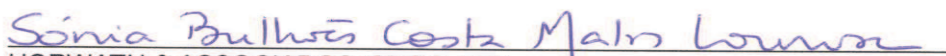
#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

#### Ênfase

9. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, conforme divulgado na nota 3.4 - "Principais pressupostos relativos ao futuro", do Anexo às demonstrações financeiras. Contudo, dado que a Empresa tem vindo a acumular prejuízos consecutivos de montante significativo, a sua continuidade depende do suporte financeiro dos acionistas, da capacidade de revisão dos contratos de prestação de serviços com o seu principal cliente e acionista único, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos.

Porto, 30 de abril de 2012

  
HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)



**EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA**

Endereço: Rua das Industrias, nº 21  
2700-460 Amadora  
Telefone: 211 027 700  
Fax: 213 578 875

**Sede Social**

Endereço: Rua D. Afonso Henriques  
2330-519 Entroncamento  
[www.emef.pt](http://www.emef.pt)

